



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202040601109	Distribuição: 19/10/2020
Número Único: 0042728-85.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Seguro
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita

**Dados das Partes**

Requerente: ELMO SOUZA NEVES  
Endereço: RUA CLEOVANSOSTENES DOS SANTOS  
Complemento:  
Bairro: BUGIO  
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49090620  
Advogado(a): MAURICIO SOBRAL NASCIMENTO 2796/SE  
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: RUA SENADOR DANTAS  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205  
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário**  
**Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

19/10/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040601109, referente ao protocolo nº 20201019102101319, do dia 19/10/2020, às 10h21min, denominado Procedimento Comum, de Seguro, Assistência Judiciária Gratuita.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE  
DIREITO DA \_\_\_ª VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE  
TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE**

**ELMO SOUZA NEVES**, brasileiro, casado, vendedor, nascido em 03/10/1974, filho de Rosilene Alves de Souza e Edson da Silva Neves, portador do CPF - 662.810.165-72, RG - 1152314 SSP/SE, residente na Rua Cleovansostenes dos Santos, nº 419, Bugio, CEP: 49090-620, Aracaju/SE, (79) 99106-7702, representado por seus procuradores signatários que esta subscrevem, com endereço profissional no rodapé, vem, à presença de Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.**, empresa pública de direito privado, com CNPJ de nº. 09.248.608/0001 - 04, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º Andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, com fulcro no na Lei nº 6.194/74, pelas razões fáticas e fundamentos jurídicos abaixo aduzidos:





### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

A parte requerente, acima qualificado, não tem condições financeiras para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio, requerendo, assim, o benefício da **JUSTIÇA GRATUITA**, com fulcro nos artigos 5º, LXXIV e 134 da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º e seus parágrafos da Lei 1.060/50.

Tal pleito de gratuidade judiciária se justifica pelo fato do Autor perceber uma renda mensal em torno de um salário mínimo vigente. O seu rendimento mensal é ínfimo, sendo voltado para custos com moradia, alimentação e transporte nesta cidade, portanto, não possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais.

Dessa forma, temos por presentes os requisitos para que reste deferido o benefício invocado, tanto com base na Lei nº 1.060/50, quanto pelo art. 5º, LXXIV, da Carta Maior.

### **DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Desde já, o autor manifesta seu desinteresse na realização de audiência de conciliação, ante a natureza do litígio e a necessidade de produção de prova pericial para o deslinde da requerela e apuração do valor da indenização. Portanto, **NÃO** há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que ambas as partes dispensem a sua realização, conforme previsto no art. 334, §4º, inciso I, do CPC/2015.

### **DO INTERESSE DE AGIR – VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENCAS**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.



Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

**APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA ANTECIPADA – AÇÃO AUTÔNOMA – INTELIGÊNCIA DO ART. 381 DO CPC - SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, VI, DO CPC – DESNECESSÁRIO O ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – PRESENÇA DE INTERESSE DE AGIR – ANULAÇÃO DA SENTENÇA – RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM – PROSSEGUIMENTO DO FEITO DE FORMA REGULAR – SENTENÇA REFORMADA.**

I - Em se tratando de ação de produção antecipada da prova, desnecessário o prévio requerimento administrativo pela parte autora. Além disso, é direito da parte o ajuizamento autônomo da ação probatória para fins de atender ao que previsto no art. 381, III, do CPC.

II - É de conhecimento a existência de decisões do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1369834/SP), em sede de recurso repetitivo, e do Supremo Tribunal Federal (RE 631.240/MG), em sede de repercussão geral, ressaltando a necessidade de prévio requerimento administrativo para concessão de benefícios previdenciários para a configuração do interesse de agir. Ocorre que tal exigência opera-se apenas nas demandas ajuizadas em face do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, mostrando-se temeroso a extensão da interpretação tratando-se, como é o caso, de restrição de direitos.

III – A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, preconiza que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, assegurando, desse modo, o direito de petição e a ampla defesa, verificando-se não ser necessário o esgotamento ou, mesmo, o ingresso na via administrativa para propositura da demanda judicial;

**IV – Recurso de Apelação conhecido e provido.Unanimidade.**

**(Apelação Cível nº 201700706172 nº único0000416-96.2016.8.25.0078 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Elvira Maria de Almeida Silva - Julgado em 23/05/2017)**



**APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL E CIVIL –  
AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO  
(DPVAT) – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO  
OCORRIDO EM 10/08/2015, CULMINANDO NA  
MORTE DO FILHO DOS  
REQUERENTES/APELANTES – PRELIMINAR DE  
AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR COLHIDA  
PELO JUÍZO A QUO – PRELIMINAR AFASTADA -  
NÃO É IMPRESCINDÍVEL PARA O  
AJUIZAMENTO DA DEMANDA O PRÉVIO  
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO –  
INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO –  
SENTENÇA DESCONSTITUÍDA – ANÁLISE DO  
MÉRITO - CAUSA MADURA – REFORMA DA  
SENTENÇA, NO SENTIDO DE JULGAR  
PROCEDENTE A AÇÃO DE COBRANÇA DE  
SEGURO DPVAT, CONDENANDO A  
REQUERIDA/APELADA A PAGAR AOS  
APELANTE A INDENIZAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO EM CASO DE MORTE, NA  
IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE A  
R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)  
– APELO CONHECIDO E PROVIDO, À  
UNANIMIDADE DE VOTOS.**

I – Para o ajuizamento da ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) não é necessário o prévio esgotamento da via administrativa, pois não é possível cercear o direito da autora de se utilizar da via judiciária para obtenção da sua pretensão. Portanto, deve ser afastada a preliminar de ausência de interesse de agir;

II – Estando madura a causa, e quando presentes nos autos todos os documentos necessários ao deslinde da ação, deve ser analisado o mérito;

III – Tendo ocorrido o sinistro que provocou a morte do filho dos Apelantes em 10/08/2015, em obediência ao princípio do tempus regit actum, deve ser aplicada a legislação vigente à época, in casu, a Lei nº 11.482/2007, que estabeleceu o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de morte;

IV – Deve incidir juros de mora no importe de 1% ao mês, a partir da citação, com fulcro no artigo 405 do CC e Súmula 426 do STJ, e correção monetária pelo INPC, a partir da data do evento danoso, tal como decidido pelo STJ em julgamento de recurso repetitivo;



V – Com o provimento do Apelo, inverte o ônus sucumbencial e majoro os honorários para R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, §11, do NCPC;

VI – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

(Apelação Cível nº 201700808329 nº único0000500-86.2016.8.25.0017 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Ricardo Múcio Santana de A. Lima - Julgado em 23/05/2017)

**APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA ANTECIPADA – AÇÃO AUTÔNOMA – INTELIGÊNCIA DO ART. 381 DO CPC - SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, VI, DO CPC – DESNECESSÁRIO O ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – PRESENÇA DE INTERESSE DE AGIR – ANULAÇÃO DA SENTENÇA – RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM – PROSSEGUIMENTO DO FEITO DE FORMA REGULAR – SENTENÇA REFORMADA.**

I - Em se tratando de ação de produção antecipada da prova, desnecessário o prévio requerimento administrativo pela parte autora. Além disso, é direito da parte o ajuizamento autônomo da ação probatória para fins de atender ao que previsto no art. 381, III, do CPC.

**II - É de conhecimento a existência de decisões do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1369834/SP), em sede de recurso repetitivo, e do Supremo Tribunal Federal (RE 631.240/MG), em sede de repercussão geral, ressaltando a necessidade de prévio requerimento administrativo para concessão de benefícios previdenciários para a configuração do interesse de agir. Ocorre que tal exigência opera-se apenas nas demandas ajuizadas em face do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, mostrando-se temeroso a extensão da interpretação tratando-se, como é o caso, de restrição de direitos.**

III – A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, preconiza que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, assegurando, desse modo, o direito de petição e a ampla defesa, verificando-se não ser necessário o esgotamento ou, mesmo, o ingresso



na via administrativa para propositura da demanda judicial;

IV – Recurso de Apelação conhecido e provido.  
(Apelação Cível nº 201700807592 nº único0000344-12.2016.8.25.0078 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): José dos Anjos - Julgado em 13/06/2017)

Conforme demonstram os requerimentos administrativos anexos, **é possível perceber que o Requerente já solicitou e enviou toda a documentação exigida, entretanto, até o presente momento não obteve qualquer resposta acerca do seu direito ao seguro DPVAT.**

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo é o fato de a seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o **LUCRO** em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de





90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo, a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.

### **DOS FATOS**



No dia 04 de agosto de 2020, às 10h20min, o Autor sofreu acidente automobilístico enquanto trafegava pela Rua Aureliano Sampaio, ocasião em que foi atingido de forma brutal por um veículo, sofrendo de escoriações graves em membros inferiores (CID10 S82.2), conforme o boletim de ocorrência e relatórios médicos anexos.

Diante do fatídico, o Requerente foi socorrido pelo SAMU e encaminhado ao HUSE – Hospital de Urgência de Sergipe, em Aracaju/SE, **por possuir grave lesão em membros inferiores, vindo a ficar internado por alguns dias e a realizar cirurgia de reparação, conforme todos os relatórios e prontuários médicos anexos.**

O suplicante foi submetido a intervenções cirúrgicas por conta das fraturas e lesões sofridas em seus membros e necessitou de afastamento de sua atividade laborativa. Atestados médicos anexos.

Atualmente, o mesmo encontra-se em tratamento médico e fisioterápico para remissão das dores e das sequelas decorrentes do seu acidente, havendo baixa perspectiva de melhora. Não há, portanto, tempo determinado para restabelecimento da sua aptidão física.

**Repise-se que o Demandante sofreu diversas fraturas, o que o deixou INCAPAZ de forma TOTAL e PERMANENTE, em CARÁTER DEFINITIVO. Tudo conforme documentos em anexo.**

A saúde do Requerente ficou cada vez mais comprometida e o tratamento é por tempo indeterminado, não havendo qualquer manifestação, até hoje, de melhora capaz de reabilitá-lo ou recuperar a sua aptidão física, o que está praticamente descartado pelos médicos.

Ora, Excelência, estamos diante de um nítido e evidente caso de deformidade permanente, atestado pelos documentos que seguem adunados à esta exordial.

Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, uma vez que o acidente o deixou com sequelas de debilidade de caráter permanente eis que possui um dano físico irreparável,



bem como de caráter permanente e irreversível, o que conduz, inarredavelmente, ao deferimento do pleito abaixo pretendido.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido, Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Demandante, e tendo em vista que a solicitação de resolução administrativa da quizila não surtiu qualquer efeito, este busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

### **DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores foi instituído como um imposto obrigatório através da Lei 6.194/74. Sua finalidade é amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores, não importando de quem seja a culpa da autoria dos acidentes.

Ademais é imperioso ressaltar que o direito pleiteado é de ordem material, cuja invalidez se deu no dia 10 de janeiro de 2019, razão pela qual devem ser aplicadas as regras constantes na lei nº. 6.194/74, sem alterações quanto à graduação das indenizações introduzidas pela MP 451/2008, pois a referida norma é inconstitucional.

De mais a mais, as decisões recentes da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas do Interior do TJ/SE vêm considerando a Lei nº 11.482/07 **INCONSTITUCIONAL**, pois ao alterar a Lei nº 6.194/74 houve uma violação ao princípio do não retrocesso social vez que a ideia por contida no referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Na nova lei, houve uma perda considerável ao beneficiário do seguro DPVAT vez que a taxação da indenização por morte em R\$ 13.500,00 defasou o valor do seguro que era correspondente a 40 vezes o valor do salário mínimo vigente a época do sinistro.

Em trechos de alguns dos vários votos dos doutos juízes daquela turma o entendimento é que “... *qualquer medida estatal que tenha por finalidade, suprimir garantias essenciais implementadas para preservar/melhorar a dignidade humana deve*





*ser vista com reservas e somente pode ser aceita se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) alcancem o mesmo desiderato. Assim, a Lei 11.482/07 estagnou o valor indenizatório na medida em que estabeleceu um valor fixo em contraposição a regra anterior que previa um valor variável a depender do salário mínimo vigente, colocando, dessa maneira, o segurado em desvantagem em relação a lei anterior, vez que passarão a ter o valor do seguro diminuído ano após ano pelos aumentos constantes do salário mínimo e pela estagnação do valor do seguro contemplado na nova disposição legal aplicável”.*

*“Art 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:*

*b) até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país – no caso de invalidez permanente;” (grifo nosso)*

Pelo exposto na antiga Lei 6.194/74, o Requerente pleiteia obter a devida indenização no montante de **R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais)**.

Por sua vez, a Lei 6.194/74, expressa no “caput” do art.5o:

*“Art 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer responsabilidade do segurado.” grifo nosso.*

Ademais, por amor e zelo ao direito, pelo princípio da hierarquia das normas, as Resoluções do CNSP não têm o condão de limitar o valor indenizatório fixado pela lei vigente na época do acidente.

Ressalte-se ainda que a antiga lei 6.194/74 não distinguia a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquiria se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. Por isso não há que se cogitar em eventual gradação percentual no valor da indenização conforme o nível de invalidez ou morte. Desse modo é descabida a limitação pretendida pela Ré, fazendo *jus* o Autor ao *quantum* estipulado na lei 6.194/74.



Por outro lado, a colenda Turma Recursal do Interior do TJ/SE, já pacificou o mesmo entendimento trilhado nesta peça vestibular quando apreciou com maestria o Recurso Inominado sob o nº 0792/2009, acórdão nº 2186/2009. Vejamos:

ACÓRDÃO: 2186/2009. RECURSO INOMINADO (CRIMECAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.) 0792/2009  
PROCESSO: 2009902109 RECORRENTE MBM SEGURADORA S/A KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA  
RECORRIDO JOSÉ GILEISON DE LIMA DANTAS  
ADVOGADO RICARDO ALEXANDRE DE MATOS RAMOS  
JUIZ DESIGNADO: DRA. BRÍGIDA DECLERC FINK  
EMENTA CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO INICIAL E INTEGRAL DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO EM FACE DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL TÉCNICA. AFASTADA. LAUDO PERICIAL DO IML ATESTANDO A INVALIDEZ E BOLETIM DE OCORRÊNCIA PROVANDO O FATO. ATENDIMENTO AO ART. 5º, DA LEI 6.194/74. MÉRITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.482/07. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL EVIDENCIADA. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA.

INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62 DA CF. LEI FORMALMENTE INCONSTITUCIONAL. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).



REDUÇÃO PREJUDICIAL QUE AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 11.482/07 EM SEU DUPLO GRAU. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO RECURSAL NO SENTIDO DE MAJORAR O VALOR DA CONDENAÇÃO AO PATAMAR DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM. CONGRUÊNCIA DO DISPOSITIVO COM O PEDIDO. ARTS. 128 E 460 DO CPC. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

De mais a mais, os juros moratórios são devidos a partir do momento em que o devedor for constituído em mora (artigo 405 do Código Civil) e, neste caso, isso só ocorrerá com a citação válida e a correção monetária a partir da data do acidente, ou seja, 04 de agosto de 2020.

Destarte, resta evidenciado que o Autor faz jus ao recebimento da quantia pleiteada nesta exordial.

#### **DAS DESPESAS MÉDICAS**

Conforme documentos em anexo, as despesas médicas decorrentes do acidente relatado neste petitório totalizam o importe de **R\$ 268,11 (duzentos e sessenta e oito reais e onze centavos), com a devida correção monetária.**

Destarte, requerer o ressarcimento pelos danos materiais suportados, nos termos das notas e documentos que seguem em anexo.

#### **DOS REQUERIMENTOS**

Face às considerações fáticas e de direito acima delineadas, requer:



a) A citação da Requerida para que, compareça a Audiência de Conciliação com data e hora a ser designada por este douto juízo, advertindo-a de que, não comparecendo, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano, pelo disposto do art. 18, parágrafo 1º da lei 9.099/95;

b) Requer que a seguradora ré seja condenada a pagar a integralidade da Indenização do Seguro DPVAT no valor de **R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais)**, na forma das Leis nº 11.482/07 e nº 6.194/74, acrescidos de juros de mora e atualização monetária desde o evento danoso, qual seja, dia 04 de agosto de 2020;

c) Requer o ressarcimento das despesas médicas que totalizam o importe de **R\$ 268,11 (duzentos e sessenta e oito reais e onze centavos)**, devidamente atualizado;

d) Reitera o Requerente, sob as penas da lei, que não está em condições de pagar as custas processuais e recursais, se houverem, sem o sacrifício do seu próprio sustento, motivo no qual requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita nos termos da Lei 1.060/50 com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86.

e) A condenação da promovida nas custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 20% sobre a condenação, considerando o artigo 20 parágrafo 3.º do CPC;

Requer ainda provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial: prova documental, sem prejuízo das demais que se façam necessárias ao pleno convencimento deste Douto Juízo, que ficam desde já requeridas.

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500** (treze mil e quinhentos reais).

Pede Deferimento.

Aracaju, 05 de outubro de 2020.

**Mauricio Sobral Nascimento**  
**OAB/SE 2796**

**Marcella Kattucha O. Correa**  
**OAB/SE 10005**

**Marcelo José Ribeiro Nascimento**  
**OAB/SE 9937**



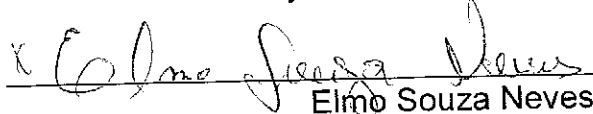
## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Elmo Souza Neves, Brasileiro(a), Casado(a), Vendedor, nascido(a) em 03/10/1974, filho(a) de Rosilene Alves de Souza e Edson da Silva Neves, portador(a) do CPF - 662.810.165-72, RG - 1152314 SSP/SE, residente na Rua Cleovansostenes dos Santos N°419, Bugio, CEP: 49090-620, Aracaju/SE (79) 99106-7702

**OUTORGADOS:** MAURÍCIO SOBRAL NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, nascido em 14/02/1973, advogado inscrito na OAB/SE 2.796, CPF 512.044.875-53, MATHEUS OLIVEIRA CORREA brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SE 5437 CPF 941.404.215-68, MARCELLA KATTUCHA OLIVEIRA CORREA, brasileira, divorciada, nascida em 15/10/1980, advogada inscrita na OAB/SE 10.005, CPF 002.58264500, MARCELO JOSÉ RIBEIRO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SE 9937, nascido em 31/05/1993, CPF - 028.400.045-00, MARCELO VITOR DE CASTRO MELO, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SE 12.474, nascido em 02/07/1981, CPF - 006.436.065-21 e MARCELO SILVA MONTEIRO SOBRAL, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/SE 13.097, nascido em 06/01/1971, CPF - 359.639.805-34 todos com escritório na R. Campos, 263 - São José, Aracaju - SE, CEP: 49015-220 - **TODOS ADVOGADOS REPRESENTANDO A PESSOA JURIDICA MAURICIO SOBRAL & MARCELLA KATTUCHA CORRÊA ADVOCACIA ASSOCIADA, CNPJ: 15.134.751/0001-78, situado na R. Campos, 263 - São José, Aracaju - SE, CEP: 49015-220, SENDO ESTA PESSOA JURÍDICA CREDORA DOS HONORÁRIOS PACTUADOS.**

**PODERES:** Para o foro em geral e AD JUDITIA em qualquer instância, Juízo ou Tribunal, com poderes contidos na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil, como também qualquer outro poder mais especial que seja, como, receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar direito sobre o qual se funda a ação, receber crédito, inclusive RPV e/ou precatório, inclusive alvará ou guia de retirada, dar quitação, firmar compromissos, inclusive o de substabelecer o presente MANDATO no todo ou em parte, podendo agir os procuradores conjuntos ou separadamente, especialmente para representá-lo junto a uma das Varas Cíveis, Juizados especiais Cíveis, inclusive na Justiça Federal, ou Vara de Assistência Judiciária desta Capital e deste Estado, requerer a gratuidade da justiça e assinar declaração de hipossuficiência econômica, enfim, praticar todos os atos necessários para o fiel desempenho deste MANDATO, que tudo darei por bom, firme e valioso.

Aracaju, 23 de setembro de 2020

  
Elmo Souza Neves

Cód: 2





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.152.314 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 18/05/2012

NOME ELMO SOUZA NEVES

FILIAÇÃO EDSON DA SILVA NEVES  
ROSILENE ALVES DE SOUZA

NATURALIDADE ARACATU-SE DATA DE NASCIMENTO 03/10/1974

DOC ORIGEM CT. CASAM. 11049401552009200040297000496447 OBS - DIVORCIADO

CART. 08 OFIC. DIST. COM. ARACATU/SE  
CPF 662.810.165-72

6-171-4474

Apólice : APÓL: 0072 0531 00 1266927 0 19  
 Corretor : WILLIAMS GOMES VIEIRA  
 Unidade : 09 - NÚCLEO DE NEGÓCIOS - AUTOMOV GRP 113

CTCE SALVADOR SA P/L  
 ELMO SOUZA NEVES  
 R CLEOVANSOSTENES DO SANTOS, 419  
 CS BUGIO  
 49090-620 ARACAJU SE



6457610030001303



### Recibo do Sacado

13/09/2020		2938/10080-3	R\$	Quantidade	153/46114492-3	68188563
(v) Valor do Contrato		69,42	(v) Desconto / Abatimento		Autenticação Médica	
Sacado: 662.810.165-72 ELMO SOUZA NEVES Apólice / Documento: APÓL: 0072 0531 00 1266927 0 19 PORTO MARCA : HONDA PLACA : NVI6452 MODELO : 300 RITENS: 1						

*Pago pelo aplicativo  
 Banco do Brasil 11.09.20*

**BANCO ITAU**

341-7

34191.53469 11449.232930 81008.030009 5 83770000006942

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Vencimento: 13/09/2020

Cedente: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Agência / Código Cedente: 2938/10080-3

Data do Contrato: 13/01/2020

Número do Título

Expiração: 009/010

Outros Processamentos: N

Adesão: 153

Reserva Técnica: 153/46114492-3

Valor do Seguro

Carteira: 153

Expiração: R\$

Quantidade

Valor

(v) Valor do Contrato: 69,42

Instruções

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DA REDE BANCÁRIA ATÉ O VENCIMENTO SR(A) CAIXA - AUTORIZADO O RECESAMENTO DO BOLETO ATÉ 20 DIAS APÓS O VENCIMENTO, ACRESCIDO DE JUROS DE 0,3% AO DIA. O NÃO PAGAMENTO DO BOLETO NA DATA DE VENCIMENTO PODE ACABREAR A SUSPENSÃO DA COBERTURA SECURITÁRIA, SERVIÇOS E/OU CANCELAMENTO DA APÓLICE ATENÇÃO: NÃO SERÃO ACEITOS DEPÓSITOS NA CONTA CORRENTE DO CEDENTE

(v) Desconto / Abatimento

(v) Outras Despesas

(v) More / Mula

(v) Outros Adicional

(v) Valor Cobrado

CORRETOR: 92H9FF-WILLIAMS GOMES VIEIRA

APÓL: 0072 0531 00 1266927 0 19

PARCELA 009/010

Sacado: 662.810.165-72 ELMO SOUZA NEVES

A FALTA DE PAGAMENTO DE QUALQUER UMA DAS DEBIDAS PARCELAS SUBSEQUENTES À PRIMEIRA PODERÁ IMPLICAR O CANCELAMENTO DA APÓLICE, NOS TERMOS DA CLÁUSULA DE FRACIONAMENTO DE PRÊMIO CONSTANTE DO CONTRATO DE SEGURO

Sacador / Avalista: Código de Barra



Autenticação Médica

Ficha de Compensação



REPÚBLICA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

1648296302

NOME  
ELMO SOUZA NEVES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORAUF  
1152314 SSP SE

CPF  
662.810.165-72

DATA NASCIMENTO  
03/10/1974

FILIAÇÃO  
EDSON DA SILVA NEVES  
ROSILENE ALVES DE  
SOUZA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
A

Nº REGISTRO  
05798743869

VALIDADE  
20/03/2023

Nº HABILITAÇÃO  
12/06/2013

OBSERVAÇÕES  
SEM OBSERVAÇÃO;

Assinatura do Portador  
Elmo Souza Neves

LOCAL  
ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO  
23/03/2018

Assinatura do Emissor  
Marcos Sampaio Kuhl  
DIRETOR-PRÉSIDENTE

08140646728  
SE020684410

PROIBIDO PLASTIFICAR

1648296302

SERGIPE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o

Sr(a) ELMO LUIZ NEVES

atendido(a) neste serviço, necessita afastar-se de suas atividades por  
180 dia(s).

CID: 582.2

Aracaju, 04 de 08 de 20

ATENCIOSAMENTE,

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Cirurgia do Ombro e Cotovelo  
CRM 3385

NOME: ELIO SOUTA NEVES

DIAGNOSTICO: Fratura exposta FBIP (C)

DATA DA INTERNAÇÃO: 04/08/20

PROCEDIMENTO(S) E DATA

(S): Lirpezat 200mg COY 04/08/20

Fratura exposta FBIP (C) - - -

DATA DA ALTA HOSPITALAR: 11/08/20

ORIENTAÇÃO MÉDICA

- 1º. REPOUSO EM CASA E MANTER MMII (X) OU ( ) MMSS ELEVADOS.
- 2º. CURATIVOS DIÁRIOS EM POSTO DE SAÚDE E RETIRAR OS PONTOS APÓS 20 DIAS DO PÓS - OPERATÓRIO.
- 3º. LIGAR PARA 32343412 PARA MARCAR O RETORNO NUMA SEGUNDA A SEXTA ONDE HOUVER VAGA, NO AMBULATÓRIO DA ORTOPEDIA.

ARACAJU, 11 de 08 de 20 20

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Membro Superior e Cotovelo  
CRM 358  
MÉDICO



NOME:

ELMO SOUTES NEVES

**R<sub>x</sub>**

1 - FLANCOX \_\_\_\_\_ 400mg \_\_\_\_\_ 1 CAIXA

USO: Oral, 01 comprimido de 12/12h por 5 dias.

2 - DIPIRONA \_\_\_\_\_ 1g \_\_\_\_\_ 1 Caixa

Uso: Oral, 01 comprimido de 6/6h se febre ou dor.

4 - XARELTO \_\_\_\_\_ 10mg \_\_\_\_\_ 1 Caixa

Uso: Oral, 01 comprimido 1X ao dia.

4/18/20  
Dr. Sérgio Cezar  
Ortopedia  
Cirurgia de Mão e Cotovelo  
CRM 13865



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



## Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

BOAT 427 / 0 Procedência SAAT/CPTRAN Ano 2020 Protocolo 510065325

Data do acidente 04/08/2020 - Terça feira Hora 08:50

### Local do acidente

Rua, Avenida, Rodovia  
RUA ROBERTO MORAES  
Entre

Com  
RUA AURELIANO SAMPAIO  
Trecho KM / E

Município  
ARACAJU

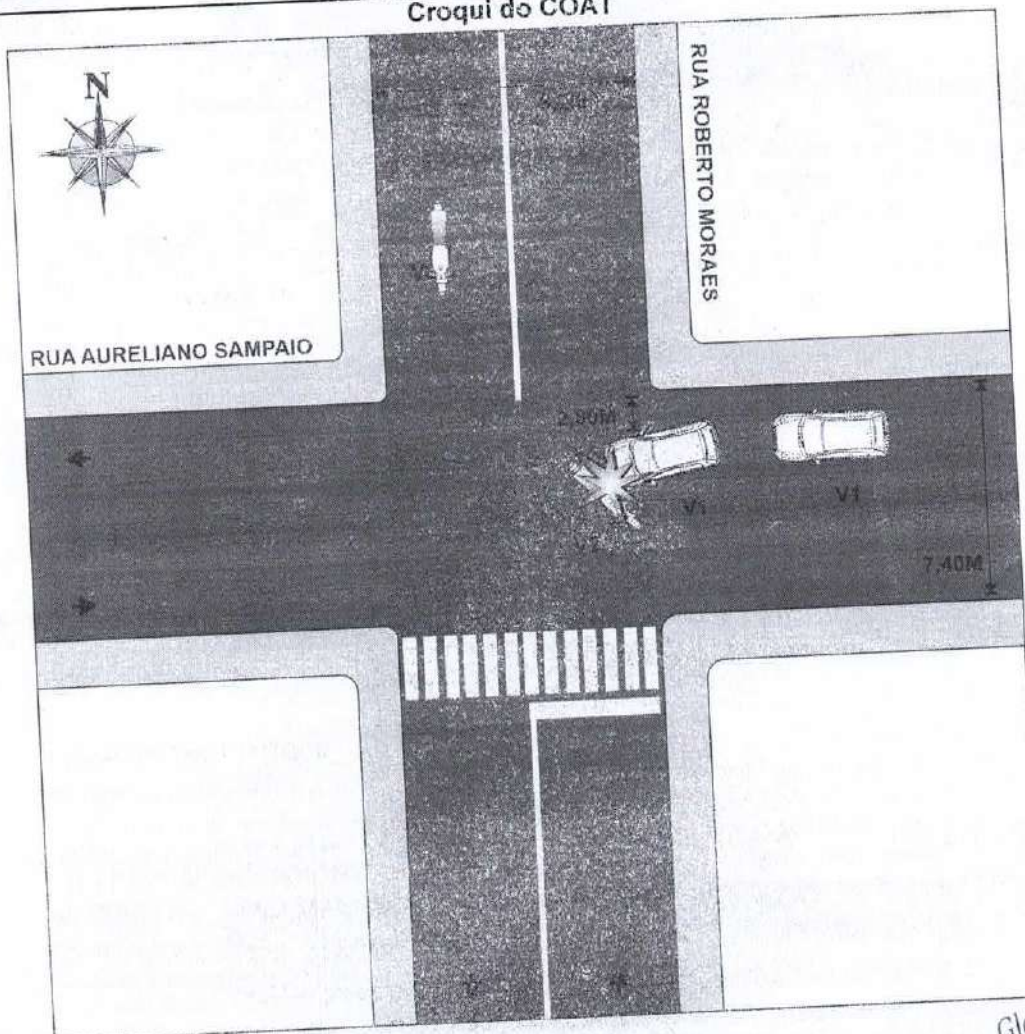
UF  
SE

### Dados do acidente

Tipo de acidente Abaloamento transversal  
Pavimento Asfalto  
Sinalização Precária  
Traçado Cruzamento  
Estado da Pista Seco

Classificação Danos Mat. com Vitimas  
Tempo Claro  
Luminosidade Dia  
Tipo do Local Comercial

### Croqui do COAT



Glaukita Suiane G. Bezerra  
Coordenadora / COAT  
CRP 3164.826-6 SSP/SE  
DETRAN/SE

Glaukita Suiane  
Glaukita Suiane Gomes Bezerra  
CHEFE DO COAT

Data 23/09/2020, Hora 10:43:43

Av. Tancredo Neves, S/N Ponto Novo, PABX: (079) 3226-2055, FAX (079) 3226-2042  
CEP: 49.097-510, ARACAJU/SE, C.G.C.: 01.560.397/0001-50  
www.detran.se.gov.br



## Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

### Agentes

**Primeiro Agente** 3º SARGENTO José WDSO Francisco Santos  
**Segundo Agente** CABO MAURO CESAR MENEGASSI  
**Terceiro Agente** CABO CLEWERTON SANTOS INACIO

### Descrição dos fatos

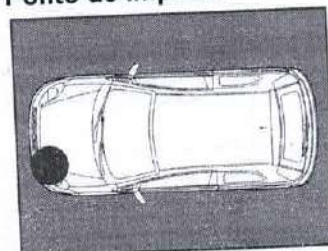
SEGUNDO LEVANTAMENTO FEITO NO LOCAL DO ACIDENTE E DECLARAÇÕES DOS CONDUTORES ENVOLVIDOS PODEMOS INFORMAR QUE: O V-2 TRANSITAVA NA RUA ROBERTO MORAES, PISTA QUE MEDE 8,70 M DE LARGURA, NO SENTIDO NORTE-SUL, EM SUA MÃO DE DIREÇÃO, QUANDO AO CONVERGIR À ESQUERDA PARA RUA AURELIANO SAMPAIO, VEIO A SER ABALROADO TRANSVERSALMENTE PELO V-1, QUE TRANSITAVA NESTA ÚLTIMA PISTA CITADA, QUE MEDE 7,40 M DE LARGURA, NO SENTIDO LESTE-OESTE, EM SUA MÃO DE DIREÇÃO, E QUE NO MOMENTO INICIAVA ACESSO A RUA ROBERTO MORAES. APÓS O IMPACTO OS VEÍCULOS PERMANECERAM NO LOCAL, FICANDO O V-1 AFASTADO DA GUIA DO ALINHAMENTO DA DIREITA 2,60 M E O V-2 FICOU TRANSVERSALMENTE NA PISTA.  
 OBS. APÓS O REGISTRO DA OCORRÊNCIA O CONDUTOR DO V-2 FOI HOSPITALIZADO E O SEU VEÍCULO FICOU NA RESPONSABILIDADE DE SUA ESPOSA.

### Danos a terceiros

#### VEÍCULO 1

**Placa** IAL2706 **UF** SE **Marca/Modelo** FIAT/PALIO FIRE ECONOMY  
**Cor** PRATA **Tipo Veículo** Automóvel  
**Categoria** Particular  
**Espécie de veículo** Passageiro  
**Ano de fabricação** 2009  
**Nº ocupantes** 1 **Nº Feridos** 0 **Nº Mortos** 0  
**Destino do veículo** Liberado no local

#### Ponto de impacto



#### Danos do veículo

FRENTE LADO ESQUERDO LEVEMENTE DANIFICADA.

#### Dados do proprietário

**Nome** JOSÉ MATOS NASCIMENTO  
**Logradouro** RUA SARGENTO BRASILIANO  
**Bairro** SANTOS DUMONT **Cidade** ARACAJU  
**Complemento**  
 888 SANTOS DUMONT

**Sexo** Masculino  
**Número** 888  
**Estado** SE

*Glaukia Suiane G. Bezerra*  
 Coordenadora / COAT  
 RG 3.164.826-6 SSP/SE  
 DETRAN/SE

*Glaukia Suiane G. Bezerra*  
 Glaukia Suiane Gomes Bezerra  
 CHEFE DO COAT

Data 23/09/2020, Hora 10:43:43



GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF THE PHILIPPINES  
DEPARTMENT OF TRANSPORTATION  
OFFICE OF THE SECRETARY  
MANILA



# Report of the Secretary of the Department of Transportation

Page 1

The Department of Transportation (DOT) is pleased to present this report on the activities of the Department during the year 1965. The report is divided into two main parts: a summary of the Department's activities and a detailed account of the Department's financial performance. The summary of activities is divided into four main sections: (1) General Administration, (2) Transportation, (3) Public Works, and (4) Other Activities. The detailed account of the Department's financial performance is divided into two main sections: (1) General Administration and (2) Transportation. The report is intended to provide a comprehensive overview of the Department's activities and financial performance for the year 1965.

The Department of Transportation (DOT) is pleased to present this report on the activities of the Department during the year 1965. The report is divided into two main parts: a summary of the Department's activities and a detailed account of the Department's financial performance. The summary of activities is divided into four main sections: (1) General Administration, (2) Transportation, (3) Public Works, and (4) Other Activities. The detailed account of the Department's financial performance is divided into two main sections: (1) General Administration and (2) Transportation. The report is intended to provide a comprehensive overview of the Department's activities and financial performance for the year 1965.

The Department of Transportation (DOT) is pleased to present this report on the activities of the Department during the year 1965. The report is divided into two main parts: a summary of the Department's activities and a detailed account of the Department's financial performance. The summary of activities is divided into four main sections: (1) General Administration, (2) Transportation, (3) Public Works, and (4) Other Activities. The detailed account of the Department's financial performance is divided into two main sections: (1) General Administration and (2) Transportation. The report is intended to provide a comprehensive overview of the Department's activities and financial performance for the year 1965.





DETRAN-SE

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Dados do condutor

Nome JOSÉ MATOS NASCIMENTO

Logradouro RUA SARGENTO BRASILIANO

Bairro SANTOS DUMONT

Complemento

Sexo Masculino Idade 68

Número 888

Estado SE

Informações adicionais do condutor

Condições presumíveis do condutor Aparência normal

Reação do condutor Permaneceu no local

Teste do bafômetro Sim

Nº de série do bafômetro 03146

Leitura do bafômetro 0

Nº do auto de constatação de embriaguez

Destino do condutor Liberado no Local

Artigo/Lei

Cinto/Capacete Não registrado

Informações sobre a carteira nacional de habilitação

Habilitado

Condição da habilitação HABILITADO

Número CNH 1938028850

Data da primeira habilitação 14/11/1974

Motivo da apreensão

Validade 04/02/2023

Categoria B

CNH apreendida Não

VEÍCULO 2

Placa NVI6452

UF SE

Marca/Modelo HONDA/CB 300R

Cor AZUL

Categoria Particular

Tipo Veículo Motocicleta

Espécie de veículo Passageiro

Ano de fabricação 2010

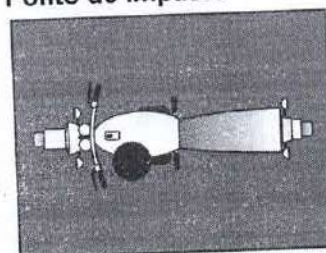
Nº ocupantes 1

Nº Feridos 1

Nº Mortos 0

Destino do veículo Liberado no local

Ponto de impacto



Danos do veículo

VEÍCULO LEVEMENTE DANIFICADO.

Data 23/09/2020, Hora 10:43:43

Glaukia Suiane G. Bezerra  
Coordenadora / COAT  
RG 3.164.826-6 SSP/SE

Glaukia Suiane G. Bezerra

Glaukia Suiane Gomes Bezerra  
CHEFE DO COAT

Av. Tancredo Neves, S/N Ponto Novo, PABX: (079) 3226-2055, FAX (079) 3226-2042  
CEP: 49.097-510, ARACAJU/SE, C.G.C.: 01.560.397/0001-50  
www.detran.se.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Dados do proprietário

Nome ELMO SOUZA NEVES

Logradouro MAROCA FONSECA, N 284

Bairro OLARIA

Complemento

OLARIA

Cidade ARACAJU

Sexo Masculino

Número 284

Estado SE

Dados do condutor

Nome ELMO SOUZA NEVES

Logradouro PCA VEREADOR OSVALDO MENDONÇA

Bairro BUGIO

Complemento

Cidade ARACAJU

Sexo Masculino Idade 45

Número 419

Estado SE

Informações adicionais do condutor

Condições presumíveis do condutor Aparência normal

Reação do condutor Hospitalizado

Teste do bafômetro Sim

Nº de série do bafômetro

Leitura do bafômetro

Nº do auto de constatação de embriaguez

Destino do condutor Liberado no Local

Artigo/Lei

Cinto/Capacete Não registrado

Informações sobre a carteira nacional de habilitação

Habilitado

Condição da habilitação HABILITADO

Número CNH 05798743869

Data da primeira habilitação 12/06/2013

Motivo da apreensão

Validade 20/03/2023

Categoria A

CNH apreendida Não

Nome Vitima ELMO SOUZA NEVES

Data de nascimento 03/10/1974

Logradouro

Bairro

Complemento

Cidade

Sexo Masculino

Idade 45

Número

Estado

Glaukia Suiane G. Bezerra  
Coordenadora / COAT  
RG 3.164.826-6 SSP/SE  
DETRAN/SE

Glaukia Suiane G. Bezerra  
Glaukia Suiane Gomes Bezerra  
CHEFE DO COAT

Data 23/09/2020, Hora 10:43:43

Av. Tancredo Neves, S/N Ponto Novo, PABX: (079) 3226-2055, FAX (079) 3226-2042  
CEP: 49.097-510, ARACAJU/SE, C.G.C.: 01.560.397/0001-50  
www.detrans.se.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO



Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito

Dados adicionais da vítima  
Tipo da vítima Motociclista  
Morte no local Não

Cinto/capacete Não registrado

Glaukia Suiane G. Bezerra  
Coordenadora / COAT  
RG 3.164.826-6 SSP/SE  
DETRAN/SE

*Glaukia Suiane G. Bezerra*  
Glaukia Suiane Gomes Bezerra  
CHEFE DO COAT

Data 23/09/2020, Hora 10:43:45

Av. Tancredo Neves, S/N Ponto Novo, PABX: (079) 3226-2055, FAX (079) 3226-2042  
CEP: 49.097-510, ARACAJU/SE, C.G.C.: 01.560.397/0001-50  
[www.detrان.se.gov.br](http://www.detrان.se.gov.br)

COAT/407/20

ELBO. IND. COM. 100  
ELBO. NO. COM. 100  
RAT. 100 RS. 07/46  
PORT. DETRAN 05/07/97  
PORT. DETRAN 10/07/03  
ALCOOL. NO. 54000  
RESULTADO

PLACA: 0-0100/2  
RAT. DETRAN 10/07/03  
RAT. DETRAN 10/07/03

LOCAL: RUA ROBERTO  
MORAES

JOSÉ MATOS  
NASCIMENTO

RNH 1938028850

\*Jandson dos Santos Silva

CS MENEZES

1160324  
Jandson dos Santos Silva

ELEWERTON

3050603-4



CONFERE COM O ORIGINAL 03/09/2020  
Jandson dos Santos Silva  
Consultor Técnico - COAT  
DETRAN/SE







DESCRIÇÃO DE FATO

BCAT  
Nº 927/20



CONDUTOR



PASSEIRO



TESTEMUNHA



OUTROS

Nome Elmo Souza Neves  
Endereço Rua Cleobansesenes 409  
Bairro Bugio  
Local de Trabalho

C.P.F.

Tel.: 49 9123-7316/910677

Cidade Aracaju Estado SE  
Tel.:

Descrição de Fato:

O condutor de moto vindo pela rua Roberto  
Moraes e via entrar na Rua Auriliano Sampaio.  
Quando o condutor do carro com placa  
IAL 2706 invadiu a preferencial atingindo assim  
o condutor de moto - NVT 6452 no qual  
ocorreu o acidente.

Aracaju, SE - SE, 04 de Agosto de 2020

Elmo Souza Neves  
ASSINATURA DO DECLARANTE

AGENTE DE TRÂNSITO  
GRAD: CB Nº 202714

ASSINATURA

AGENTE DE TRÂNSITO

GRAD: CB Nº 203598

ASSINATURA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO SETOR

CONFERE COM O ORIGINAL 23/08/2020  
Jandson dos Santos Silva  
Consultor Técnico - COAT  
DETRAN/SE





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
BATALHÃO DE POLÍCIAMENTO DE TRÂNSITO



## DESCRIÇÃO DE FATO

BOAT

Nº 427/20



CONDUTOR



PASSEIRO



TESTEMUNHA



OUTROS

Nome José Neto Nascimento C.P.F. \_\_\_\_\_  
Endereço Avenida Manoel Sampaio Tel.: \_\_\_\_\_  
Bairro 18 de Agosto Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
Local de Trabalho \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Descrição de Fato:

De dentro do carro  
Vindo de Rua Aureliano Sampaio ao entrar  
na avenida e colidiu com um muro

ASU -SE, 04 de AGOSTO de 2020

José Neto Nascimento  
ASSINATURA DO DECLARANTE

GRAD: SGT

AGENTE DE TRÂNSITO

Nº: 202717

ASSINATURA

GRAD: CA

AGENTE DE TRÂNSITO

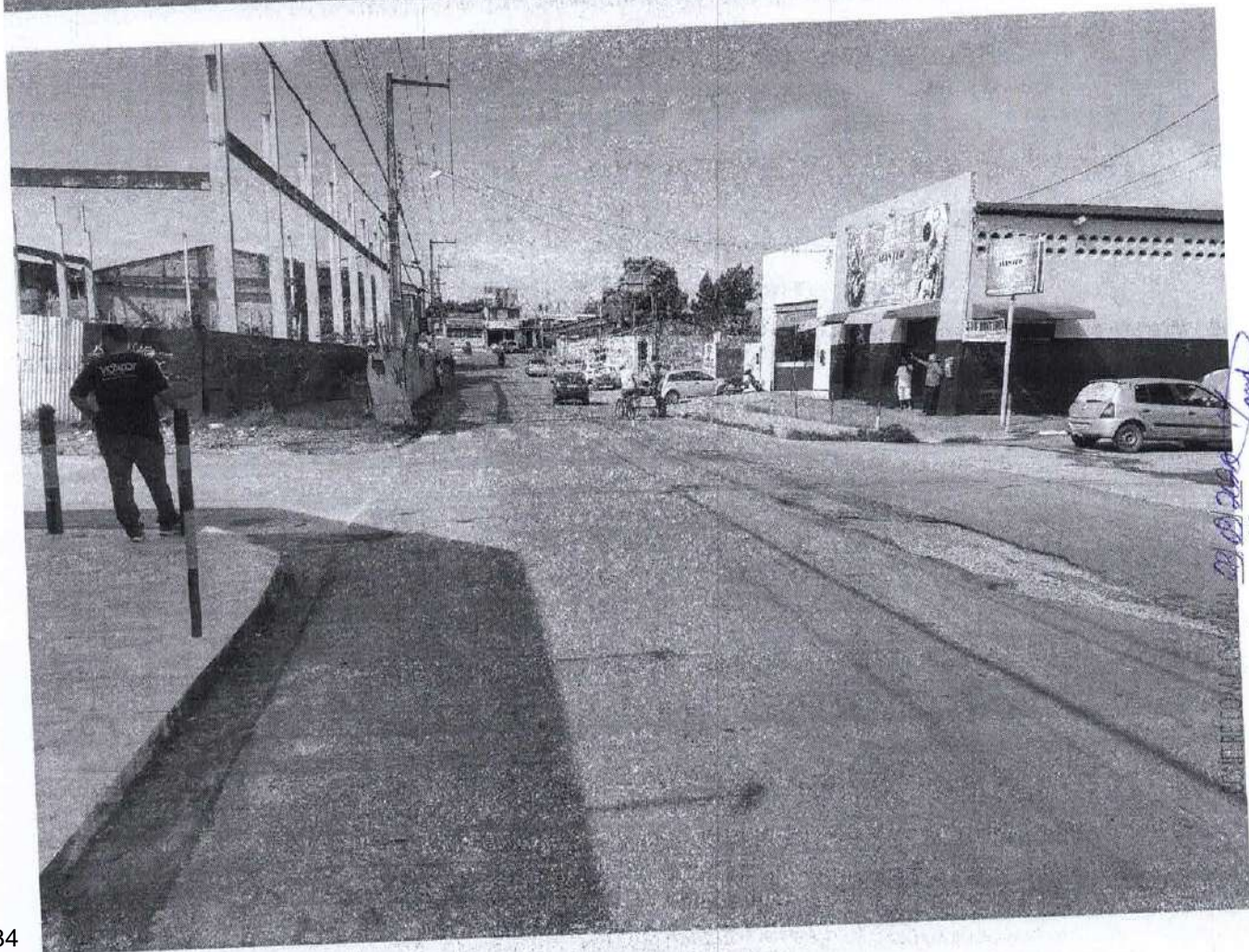
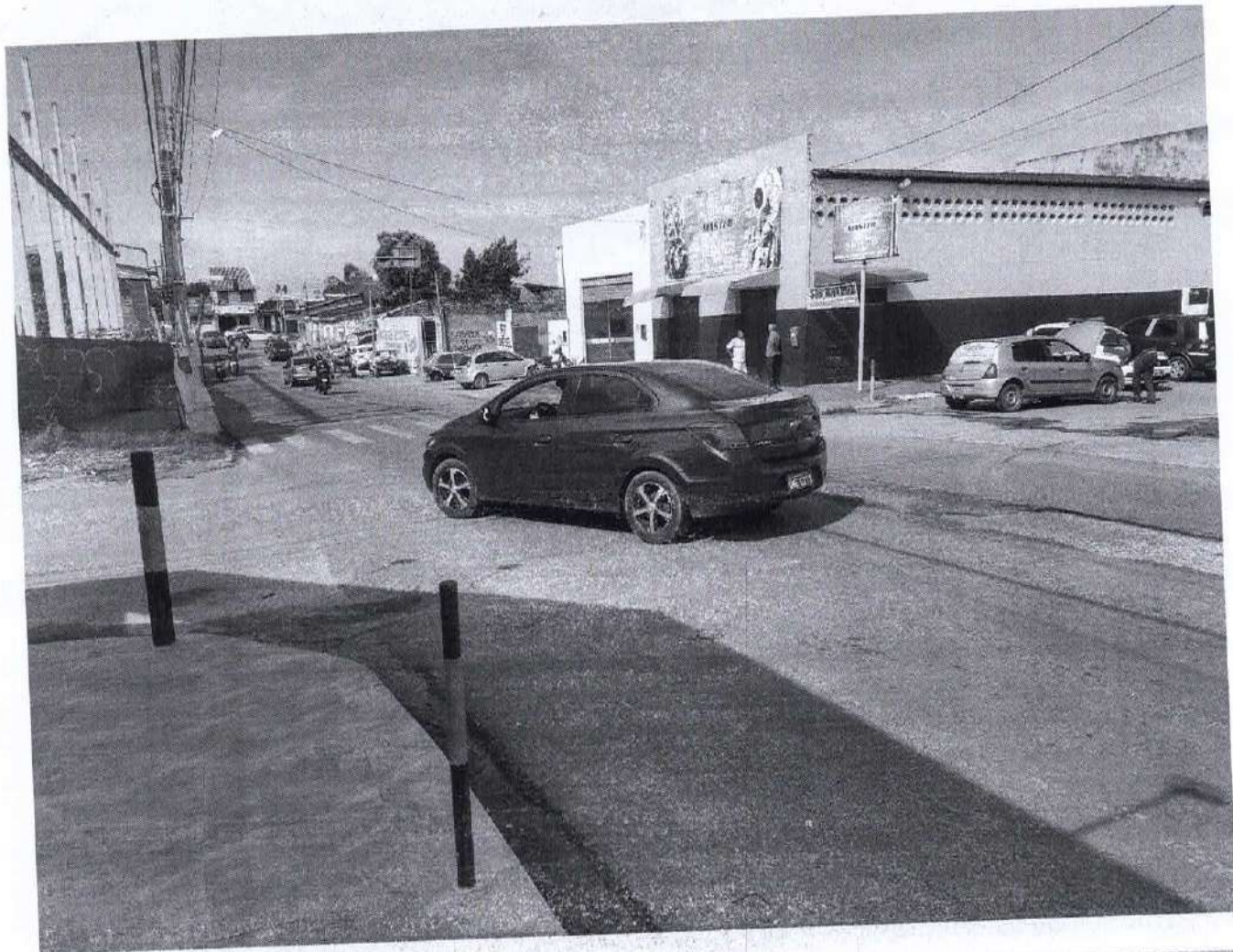
Nº: 803598

ASSINATURA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO SETOR

CONFERE COM ORIGINAL 22/09/2020  
Jandson dos Santos Silva  
Consultor Técnico - CO  
DETRAN/SE



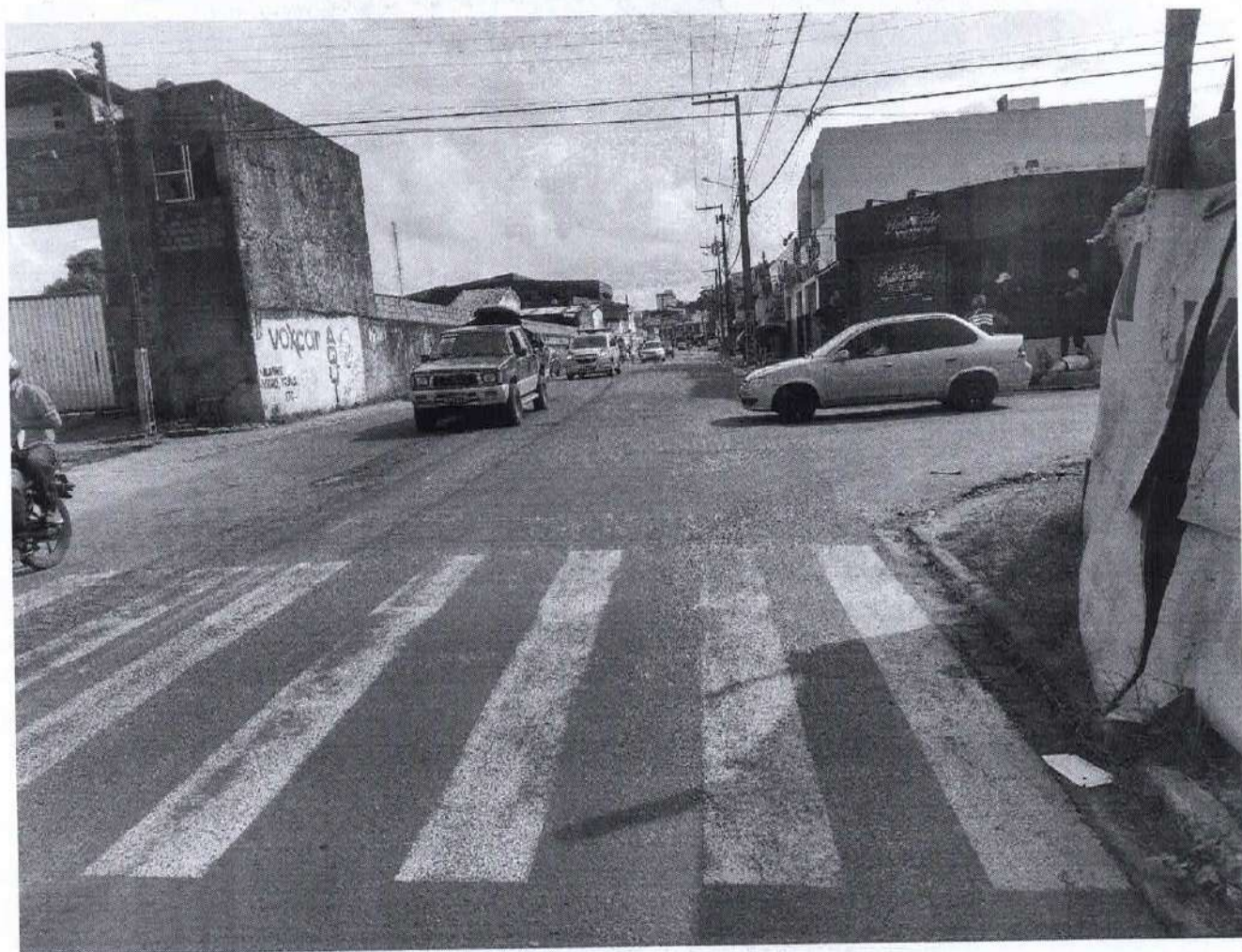


and  
Jandson dos Santos Silva  
Consultor Técnico - COAT









CONFERE COM O ORIGINAL 20/09/2009  
 Janderson dos Santos Silva  
 Consultor Técnico - COAT  
 DETRAN/SE





CONFERE COM O ORIGINAL 23/09/2020  
 Jandson dos Santos Silva  
 Consultor Técnico - COAT  
 DETRAN/SE







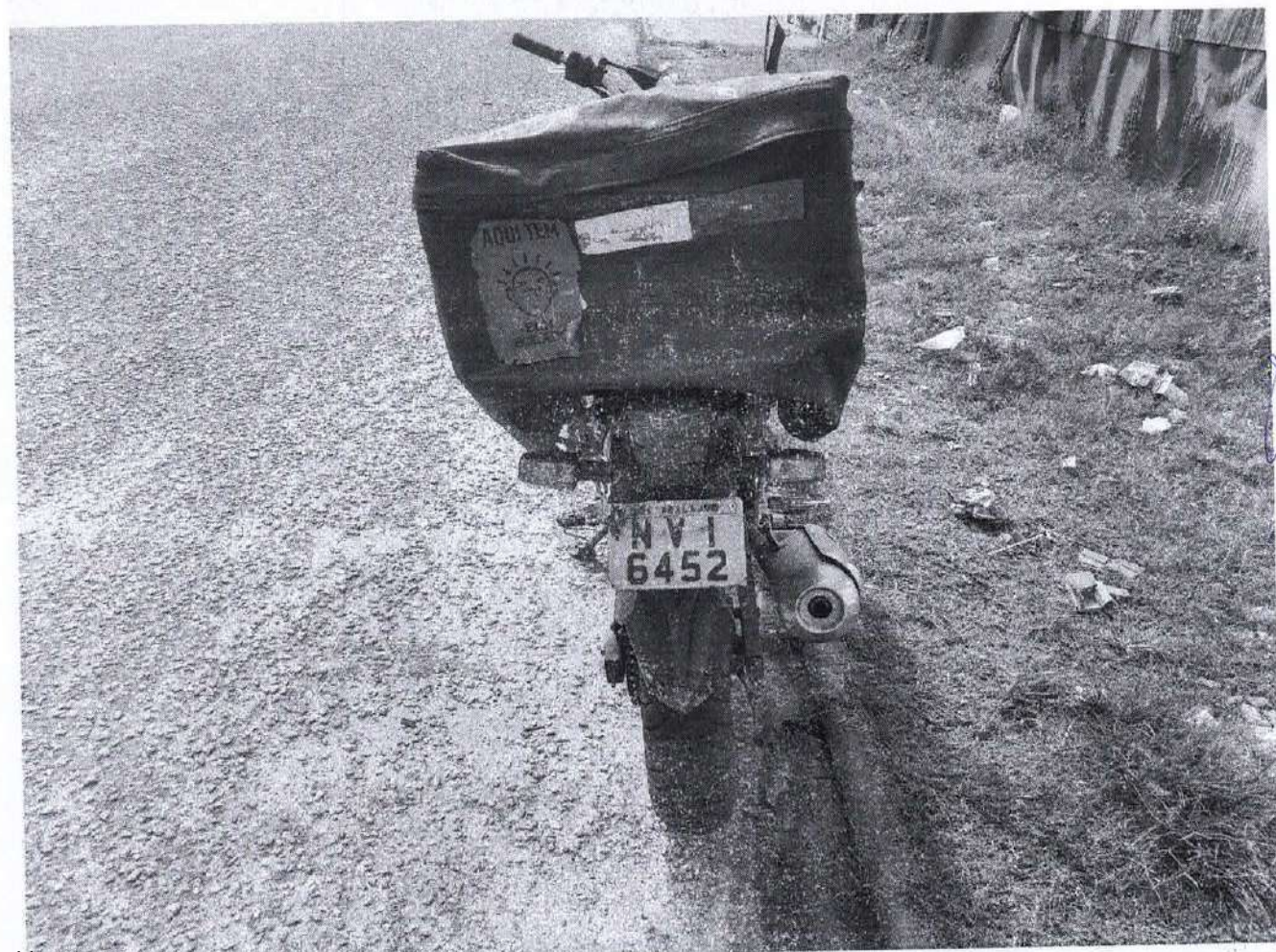


CONFERE COM O ORIGINAL 23/09/2020  
 Jandson dos Santos Silva  
 Consultor Técnico - COAT









*And*  
CONFERE COM O ORIGINAL 23/09/2020  
Jandson dos Santos Silva  
Consultor Técnico - COAT





CONFERE COM O ORIGINAL 29/08/2008 *Jand*  
Jandson dos Santos Silva  
Consultor Técnico - COAT  
DETRAN/SE









PLACA: NVI6452	DOCUMENTO: 275706808	FOLHA: 01/02
NOME: ELMO SOUZA NEVES	CHASSI	
MARCA MODELO HONDA/CB 300R	TIPO MOTOCICLO	COR AZUL
PROCESSADO 23/09/2020	EMIÇÃO 23/09/2020	EXERCÍCIO: 2020

## Taxa

Valor
-------

BGA7

RS 106-26

Total Sugar

ES 106.25

## MULTAS

## OBSERVAÇÕES

\* ESTE DUA TAMBÉM PODE SER PAGO POR CARTÕES DE CRÉDITO EM SERVIÇO DISPONIBILIZADO  
\* NO SITE DO DETRAN (WWW.DETRAN.SE.GOV.BR)

**PENDÊNCIA(S) QUE IMPEDE(M) A EMISSÃO DO CRLV**

09300138 235ET2020 1034 0026 S006079 RDT

106,26

# RELATÓRIO MÉDICO

Hospitalar  
de Saúde

NOME DO PACIENTE: ELMO SOUZA NEVES  
DATA DA ENTRADA: 04/08/2020  
DATA DA SAÍDA: 11/08/2020

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS ( ☒ ) ENFERMARIA ( ☒ ) UTI ( )

## HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente em contato no HUSC apresentando  
FATIGA DA DIARREIA DOS DIAS ANTERIORES  
FOI AVALIADO, TRATADO E ADMITIDO  
CLÍNICA EM ALTA HOSPITALAR

## HISTÓRICO CIRÚRGICO:

04/08/2020 INTERVENÇÃO CIRÚRGICA NA FÍSTULA DE 25505  
NA PERNA

## EXAMES COMPLEMENTARES:

MOX: FUSUM DE TUBO

## MÉDICOS ASSISTENTES:

0724230 F. NEVES

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ( ☒ ) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( ) EVASÃO ( )

ARACAJU, 02 de SETEMBRO de 2020

Dr. Silvio C. V. Almeida  
SAMA / HUSE  
CRM 2520

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 171611

DATA: 04/08/2020

HORA: 11:39

USUARIO: DLJALVES

CNS:

SETOR: 05-ORTOPEDIA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ELMO SOUZA NEVES  
IDADE.....: 45 ANOS NASC: 03/10/1974  
ENDERECO.....: RUA CLEOVANSOSTENES DOS SANTOS  
COMPLEMENTO....: 700801470877683 BAIRRO: BUGIO  
MUNICIPIO.....: ARACAJU  
NOME PAI/MAE...: SEM DOC  
RESPONSAVEL....: O PROPRIO  
PROCEDENCIA....: ARACAJU - CAPITAL  
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)  
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

DOC....:

SEXO...: MASCULINO

NUMERO: 419

UF: SE  
/SEM DOC

CEP....: 49000-000

TEL....: SEM INF

TRAUMA: NAO

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: 1/1/1

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: *fratura de fêmur de direita*

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO

HORA DA SAIDA: :

[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

[ ] EVASAO

[ ] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS

[ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL.

Orlando Ferreira Alves

Ortopedia e Traumatologia


ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL



**HUSE**

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

 Fundação  
Hospitalar  
de Saúde**FICHA DE ATENDIMENTO****ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - SISTEMA DE MANCHESTER**

NOME DO PACIENTE (Sem abreviações):

REGISTRO:

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

HORA: \_\_\_\_:\_\_\_\_

IDADE:

ETNIA:

DATA DE NASCIMENTO

NOME DA MÃE:

**CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

SITUAÇÃO / QUEIXA:

LUXOGRAMA:

DISCRIMINADOR:

ALERGIAS (MEDICAMENTOS E ALIMENTOS):

VERMELHO	LARANJA	AMARELO	VERDE	AZUL
	MUITO URGENTE	URGENTE	POUCO URGENTE	NÃO URGENTE
0 MIN	10 MIN	60 MIN	120 MIN	240 MIN

OBSERVAÇÃO:

DESTINO / ENCAMINHAMENTO:

ENF:

COREN:

ASSINATURA:

COORDENADOR:

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

HORA: \_\_\_\_:\_\_\_\_

RECLASSIFICAÇÃO PARA A PRIORIDADE:

DISCRIMINADOR

às \_\_\_\_ h \_\_\_\_ min.

ENF:

COREN:

CONFIRMADA IDENTIFICAÇÃO COM O PACIENTE / FAE / PULSEIRA? (S/N)

COLOCADA PULSEIRA? (S/N)

EM QUAL MEMBRO? (PULSO E / PULSO D / TORNOZELO E / TORNOZELO D)



HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 20417  
Numero do CNS.....: 0000000000000000  
Nome.....: ELMO SOUZA NEVES  
Documento.....: Tipo :  
Data de Nascimento: 3/10/1974 Idade: 45 anos  
Sexo.....: MASCULINO  
Responsavel.....: SEM DOC  
Nome da Mae.....: SEM DOC  
Endereco.....: RUA CLEOVANSOSTENES DOS SANTOS 419 700801470877683  
Bairro.....: BUGIO Cep.: 49000-000  
Telefone.....: SEM INF  
Município.....: 2800308 - - SE  
Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 171611  
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA  
Lo.....: 999.0409  
Data da Internacao: 04/08/2020  
Hora da Internacao: 14:11  
Medico Solicitante: 388.866.345-87 - ORLANDO FERREIRA ALVES  
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
Identif. Operador.: RAVMEIRELES

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:  
Dt.Hr Saida:  
Especialidade:  
Tipo de Saida:  
CID Principal:  
CID Secundario:  
Principal:  
Secundario:  
Outro:





Prefeitura Municipal de Aracaju

C.N.P.J.: 11.718.406/00

FAT: 6 Data: 04/08/2020 H. de Recepção: 09:49:31

H. de Triagem: 10:33:46

H. de Atendimento: 10:3

Nome do Paciente: 987605897 - ELMO SOUZA NEVES

Nasc.: 03/10/1974 Idade: 45 Anos, 10 Meses e 1 Dia

Sexo: M CNS: 700.8014.7087.7683

Nome da Mãe:

Endereço: R Cleovansóstenes dos Santos, 419

Bairro/Distr.: CONJUNTO BUGIO

Município: 280030 - ARACAJU - SE

CEP: 49.090-620

Profissional Triagem: 10334 - THIAGO MOREIRA LEAL

Pressão (mmHg):

Temperatura (°C):

Peso (Kg):

Altura (cm):

Pulsção Arterial:

/min

Cintura: 0

cm

P. Cefálico: 0

cm

Sat. O2 %: 0

Freq. Respiratória: 0

/min

Quadril: 0

/min

Glicemia: 0

mg/dl

Classificação de Risco: AZUL

Sector: CLÍNICA ORTOPÉDICA

Just. do Atendimento:

Anamnese/Histórico da Doença Atual:

pcte enc da cirurgia devido a acidente motociclístico ha aprox 2 hs

evolunodo com dor em perna esq

nega alergias e comorb

ef: fcc em perna

rx evidência fx de dif de perna gústilo 1

cd: cefalotina 2 g ev, dieta zero ao huse

CID Principal: S822

Saída do Atendimento: 32 - ALTA POR ORDEM MEDICA

10334 - THIAGO MOREIRA LEAL  
MEDICO ORTOPEDISTA- CIRURGICO - CRM: 4728 - SE

ELMO SOUZA NEVES  
Paciente





Nome do paciente: Elmo Sousa Nery

À urgência do HUSC

- Ortopedia -

HD: Fratura do fêmur

(1) (Artigo I)

Contato: Orlando Ferreira  
→ Fato Gfubotini 2g (E)

04/11/11

Dr. Thiago M. Leal  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Quadril  
CRM/SE 4728 TEST 1478





**SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE**  
**SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**  
**PRESCRIÇÕES DIÁRIAS**

DATA: **11 / 08 / 2020.**

**07º DIH**

NOME: **Elmo Souza Neves 41anos - B 2.1**

DIAGNÓSTICO(S): **Fratura Exposta Tíbia E**

EVOLUÇÃO MÉDICA: \_\_\_\_\_

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	
2º. Gelco Salinizado	
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	8 16 24
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia	
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	12 18 24 06
6º. Nauseidon 8mg EV 08/08hs SOS	
7º. Antak 50mg EV ou 150mg VO / Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	6
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs SOS	
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs SOS	
10º. Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	
11º. Glicose 25% 04amp. EV se Glicemia < ou = 80mg/dl SOS	
12º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	20
13º. Dextro 6/6hs SUSP	
14º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 – 250: 02UI 251 – 300: 04UI 301 – 350: 06UI 351 – 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
15º. Curativos Diários 1 x dia ( x ) SF 0,9% + Gazes	M
16º SSVV 6/6hs	
17º	
18º	
19º	
20º	
21º	

**Dr. Sérgio Cabral**  
Ortopedia  
Cirurgia do Enquadrado e Cotovelo  
CRM 3385

Médico



Sexo: M

**Orlando Ferreira Alves**  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - SE: 1780 - TEOT: 6427



100

p. 54





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

# EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

Nome do Paciente: <u>Elmo Souza Alves</u>	Idade: <u>45</u>	Sexo: <u>M</u>
Unidade de Produção: <u>SAPA</u>	Leito: <u></u>	Nº do Prontuário: <u>20417</u>

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
04/08/20	16:20	Paciente admitido em SAPA calmo, consciente, orientado verbalizando, em uso de cusp em MSE glândula bem SpO <sub>2</sub> 92% + Fixador externo sem ferida e segue as cuidados da enfermagem. <u>Alisson</u>
04/08/20	18:00	Administrou medicação de heparina e analgésico prescrito. <u>Alisson</u>
04/08/20	20:00	Paciente no leito acordado, consciente, orientado verbalizando, em AVPT sem tempo + pulso com Sat. 99%. Administrada medicação de heparina. Sinais vitais monitorados. Segue sob cuidados da enfermagem. <u>Alisson</u>
04/08/20	22:00	Segue monitorado sinais vitais. <u>Alisson</u>
04/08/20	24:00	Paciente mantido acordado, administração de heparina e segue sob cuidados da enfermagem. <u>Alisson</u>
04/08/20	02:00	Removido protetor SpO <sub>2</sub> 91% no momento sem sinais vitais (sic). <u>Alisson</u>
04/08/20	04:00	Paciente tranquilo, sem intercorrências, relata não conseguir urinar, adm. medicação desse horário. <u>Alisson</u>
04/08/20	06:00	Paciente passou período sem alterações administradas medicação dos horários. Afirma SSV - PA: 122x86 mmHg FC: 80 bpm Sat. 98% - segue sob observação. <u>Alisson</u>
05/08/19	07:30	Paciente no leito acordado, calmo verbalizando









GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

# EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

Nome do Paciente: <u>Elmo Souza Neto</u>	Idade: <u>1</u>	Sexo: <u>M</u>
Unidade de Produção: <u></u>	Leito: <u>2.1</u>	Nº do Prontuário: <u></u>

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
6/8	8:00	paciente calmo, consciente, orientado, verbalizando. Realizado curativo: ac- ção de limpeza de ferida. De- que os cuidados de enfermagem. Obriu-se
6/8	12:00	Realizada medicação de- que segue prescrição, re- alizada medicação de noturno. — Obriu-se
	14h	Administrou hemácias de sangue
	16h	Administrou Kefzol venoso de 1g
	18h	Administrou heparina venosa de 1000
	19h	Pete no leito. Calmo, consciente, orientado, sem febre, febril
	20h	Administrou medicação
	24h	Realizado curativo prescrição
	03h	Segue quadro estável — clinal
	06h	Realizado medicação conforme prescrição de Pres
07/8	07:00	Encontra-se no leito, consciente, orientado, febril, eufórico, em uso de soro em MS-E e diálise curativo em puno E com clínica externa. — Edilene Lima Santos COREN/SE 617.754-AE
08/8	08:00	Administrou medicação Rápida IV + Kef IV de 1g — Edilene Lima Santos COREN/SE 617.754-AE
09/8	09:00	Realizado curativo em puno E, sem vermes, flogitose — Edilene Lima Santos COREN/SE 617.754-AE
10/8	12:00	Administrou medicação de prescrição



chevadas

Edilene Lima Santos

COREN/SE 617.754-AE

P=67 bpm, segue em

13:30 Paciente acordado, orientado, alerta e responsivo. Em uso de AUP hidrolizado fixador em MIE. Sem temperatura da axila.

16h Administrado Risperidol. Aceitou o lanche.

Maria Thais dos Santos  
TE de Enfermagem  
COREN: 445.300

18h Segue em deambulação.

7/08/20

19hs Pac. encontra-se no leito, calmo, alerta, responsivo, consiente, verbalizando, em repouso. Algumas no momento, em uso de AUP + fixador MIE.

20hs Administrado medicação de horário (Kibicane 40mg)

8/08/20

24hs Alterado PA=130x80 mmHg, P=68 bpm, mantendo o quadro clínico estável no momento.

Administrado medicação de horário (Risperidol 1mg) conforme prescrição médica.

03hs Pac. segue no leito, sem intercorrências.

06h Adm. Omeprazol 1h em farm.

Coordenadora de Enfermagem  
Téc. de Enfermagem  
COREN: 57937

08:00 Administrado medicação de horário. Paciente está calmo, consiente, verbalizando.

Antônio Alves Santos  
Téc. de Enfermagem  
COREN: 57937

10:00 Faz o controle de sinais vitais, todos os dados dentro da normalidade.

Antônio Alves Santos  
Téc. de Enfermagem  
COREN: 57937

12:00 Administrado medicação de horário.

14:00 Paciente segue em deambulação.

15:00 Aceitou o lanche.

16:00 Administrado Risperidol.

18:00 Administrado medicação de horário.

Antônio Alves Santos  
Téc. de Enfermagem  
COREN: 57937

20h Paciente segue em deambulação, está calmo, consiente, verbalizando. Algumas no momento, em uso de AUP + fixador MIE.

9/08/20

06hs Administrado medicação de horário (dipirona 500 + omeprazol 5v), conforme prescrição. (Téc. Loldelha)





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

# EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

Nome do Paciente: <u>Elmo Souza Neres</u>	Idade: <u>41</u>	Sexo: <u>M</u>
Unidade de Produção: <u>Ma B. 2-1</u>	Leito: <u>2-1</u>	Nº do Prontuário:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
<del>10/08</del> 20/08	07:05	pt no leito, calmo, verbalizando, Ofebril, orion
	08:25	Feito o curativo, tomado o banho.
		de aspersão. Administrado as medicações de
		horário, seguiu os cuidados da equipe.
	16:05	Administração das medicações — rec
	18:05	
	20h	Paciente no leito consciente, orientado, a
		pressão arterial respondendo verbalmente
		às solicitações, em uso de S.O.P. hi-
		dratizado, no momento não há febre que
		ra. Administrado medicações de ho-
		rário. T.C. em glicose
	22h	Paciente mantendo quadro. T.C. em glicose
	04h	Administrado medicações de horário. T.C.
	06h	Paciente dormindo no momento. T.C.
10/08	08h	Paciente acordado, acordado. Administrado
09		as medicações de horário. T.C. em glicose
10/08	07:15	Paciente no leito calmo, consciente, orientado
		acordado, afável em companhia de família
		sem queixas no momento
	08:15	Administrado medicações de horário. T.C.
	08:30	Realizado curativo diário
	12:15	Administrado medicações de horário. T.C.
		que os cuidados da equipe.
10/08/2020	13h — 18:00h	
		Paciente no leito calmo, consciente, verbalizando,
		orientado, acordado, afável, em uso de S.O.P.
		companhia familiar sem queixas.
		Administrado medicações de horário, confer



menor mediu.  
 ferido duto  
 segue intus.

tre fido na

10/08/20

Alto das 07h

Paciente no leito, sem queixas a relatar, acerta dita ferida. Eliminado todas as medicações de horário. Passou período bem. Segue as cuidados do equipe.

11/08/20

08h

Paciente no leito, lucido, respon-  
 deendo as solicitações verbais, espaciais,  
 acientificas, sem queixas a relatar.  
 Realizado curativos com Sf, apresenta  
 bom aspecto.

10:10

Paciente encaminhado para alta hospitalar,  
 em companhia de sua esposa. Te Mica

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: ORLANDO FERREIRA ALVES

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO: FRATURA DE FÊMUR DO LADO DEXTRO

CIRURGIA REALIZADA: OSTEOTOMIA DE FÊMUR E FIXAÇÃO COM PLACA E PARAFUSOS

CIRURGIÃO: ORLANDO FERREIRA ALVES

AUXILIARES:

ANESTESIA: RAPI ANESTESISTA: ORLANDO

DIAGNÓSTICO PÓS- OPERATORIO: SEM COMPLICAÇÕES

( ) CIRURGIA LIMPA (X) CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

( ) CIRURGIA CONTAMINADA ( ) CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ( ) SIM ( ) NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

( ) VIAS AÉREAS SUP. ( ) PULMONAR ( ) URINÁRIA ( ) SNC ( ) TGI

( ) CUTANEO ( ) AP. CARDIO-VASCULAR ( ) PLEURA ( ) OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- REALIZAÇÃO DE OSTEOTOMIA DE FÊMUR DO LADO DEXTRO

- REALIZAÇÃO DE OSTEOTOMIA DE FÊMUR DO LADO DEXTRO, COM FIXAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS

- REALIZAÇÃO DE OSTEOTOMIA DE FÊMUR DO LADO DEXTRO, COM FIXAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS

- REALIZAÇÃO DE OSTEOTOMIA DE FÊMUR DO LADO DEXTRO, COM FIXAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS

- REALIZAÇÃO DE OSTEOTOMIA DE FÊMUR DO LADO DEXTRO, COM FIXAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS

DATA: 07/08/2020

Orlando Ferreira Alves  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - SE: 1789 - TEOT: 6427

Assinatura do Cirurgião



PACIENTE: Umo Souza V. M. Nº PRONTUÁRIO: 20417 DATA: 04-08-20  
CIRURGIÃO: M. Orlando TIPO DE ANESTESIA: Raqui CIRCULANTE: Camilo Nº LACRE: 5  
CIRURGIÃ: F. G. S. F. F. INSTRUMENTADOR: DT Nº DE SALA: 09 GELADO: 5  
ENFERMEIRO: Almoncho ANESTESISTA: DT Nº DO KIT: 1 KIT FOS: 1

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CONSUMO DE SALA

COD	MEDICAMENTOS COMUNS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA	COD	MATERIAIS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA	COD	MATERIAIS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA
11.267	ÁCIDO TRANEXANICO	4			12.265	CATETER TIPO ÓCULOS	1	1		12.726	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6,5	1		
11.211	ÁGUA DESTILADA	10			12.340	COLETOR URINA SISTEMA ABERTO	1			12.727	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,0	1		
729	ATROPINA	5			12.386	ELETRODOS	5	10		12.730	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,5	1		
	CÉFALOTINA (KEPLIN)	2	11		12.404	EQUIPO MACROGOTAS	2	1		12.733	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8,0	1		
11.639	CÉFAZOLINA	2			12.431	EQUIPO MICROGOTAS	1			12.735	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8,5	1		
11.253	CETOPROFENO IV (PROFENID)	1	1		12.358	EXTENSOR	2							
763	CLONIDINA	1			12.385	FILTRO BARREIRA	1			11.645	FIO ALGODÃO 0 C/AGULHA	2		
3.111	DEXAMETASONA (DECADRON)	1	1		12.245	GELCO Nº 14	2			11.611	FIO ALGODÃO 2.0 C/AGULHA	2		
11.293	DIFENIDRAMINA 50/1	1			12.247	GELCO Nº 16	2			11.641	FIO ALGODÃO 0.5 C/AGULHA	2		
11.186	DIMENIDRATO+PIROXIDINA 10ML	2			12.248	GELCO Nº 18	2			11.582	FIO ALGODÃO 2.0 S/AGULHA	2		
866	DIPIRONA	2	11		12.249	GELCO Nº 20	2			11.616	FIO ALGODÃO 3.0 S/AGULHA	2		
11.847	EFEDRINA	1			12.251	GELCO Nº 22	2			11.705	FIO POLIAMIDA PURA 2.0 C/AGULHA	4		
829	EPINEFRINA(ADRENALINA)	5			12.252	GELCO Nº 24	2			11.713	FIO POLIAMIDA PURA 3.0 C/AGULHA	4		
851	ETILEFRINA (EFORTIL)	1	1		12.121	LÂMINA Nº 11	2			11.716	FIO POLIAMIDA PURA 4.0 C/AGULHA	4		
11.433	GLICONATO CALCIO	5			12.124	LÂMINA Nº 15	2			11.755	FIO POLIGLACTINA 1 C/AGULHA	3		
982	HIDROCORTISONA 100MG	1			12.128	LÂMINA Nº 21	2			11.759	FIO POLIGLACTINA 2.0 C/AGULHA	3		
11.347	NEOSTIGMINE (PROSTIGMINE)	5			12.131	LÂMINA Nº 23	2			11.774	FIO POLIGLACTINA 3.0 C/AGULHA	3		
11.356	NOREPINEFRINA	5			12.132	LÂMINA Nº 24	2			1.837	FIO POLIPROPILENO 0 C/AGULHA	2		
11.377	ONDASENTRONA (NAUSEDON)	1	11		12.454	LUVA ESTERIL Nº 7	6			11.842	FIO POLIPROPILENO 2.0 C/AGULHA	2		
11.396	SUXAMETÔNIO 100MG (QUELICIN)	1			12.455	LUVA ESTERIL Nº 7,5	6			12.493	FIO POLIPROPILENO 3.0 C/AGULHA	2		
COD	MEDICAMENTOS CONTROLADOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA	12.463	LUVA ESTERIL Nº 8	6			COD	SANEANTES	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA
11.283	DEXTROCEAMINA (KETALAR)	1			12.462	LUVA ESTERIL Nº 8,5	6			11.974	ÁGUA OXIGENADA	2		
883	DIAZEPAM 10MG	1			12.469	LUVA PROCEDIMENTO TAM. G	50			11.987	ÁLCOOL 70% 100ML	2		
11.307	ETOMIDATO	1			12.468	LUVA PROCEDIMENTO TAM. M	50			11.984	ÁLCOOL 70% 1000ML	1		
11.325	FENTANIL+DROPERIDOL(NILPERIDOL)	1			12.467	LUVA PROCEDIMENTO TAM. P	50			12.024	CLOREXIDINA ALCOOLICA	2		
11.328	FENTANIL 2ML	1	1		12.601	SERINGA 1ML	5			12.019	CLOREXIDINA AQUOSA	2		
11.335	FENTANIL 10ML	1			12.596	SERINGA 3ML	5			12.029	CLOREXIDINA DEGERMAYTE	2		
6.680	MIDAZOLAM 5MG (DORMONID)	1	1		12.597	SERINGA 5ML	5			12.112	PVPI DEGERMANTE	2		
11.336	MORFINA 0,2MG (DIMORF)	1	1		12.598	SERINGA 10ML	5			12.117	PVPI TÓPICO	2		
11.337	PROPOFOL 20ML	1			12.599	SERINGA 20ML	5			COD	EQUIPAMENTOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA
11.635	PROPOFOL 50ML	1			12.619	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 04	1				BISTURI ELÉTRICO			
11.355	REMIFETANIL (ULTIVA)	1			12.620	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 06	1				CARRO DE ANESTESIA			
11.414	TRAMADOL (TRAMAL)	1			12.621	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 08	1				DESFIBILADOR			
COD	ANESTÉSICOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA	12.622	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 10	1				MICROSCÓPIO			
11.361	BUPIVACAÍNA 0,5% C/V	1			12.623	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 12	1				MONITOR CARDÍACO			
11.235	BUPIVACAÍNA 0,5% S/V	1			12.624	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 14	1				NEGATOSCÓPIO			
11.358	BUPIVACAÍNA+ GLICOSE (NEOCAÍNA PES)	1	1		12.625	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 16	1				OXÍMETRO DE PULSO			
11.259	CISATRACURIO	1			12.657	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 04	1			COD	GASOTERAPIA	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA
1.096	LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA 2% S/V	1			12.658	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06	1				AR COMPRIMIDO			
13.399	PANCURÔNIO	1			12.659	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 08	1				NITROGÊNIO			
11.358	RONCURÔNIO	1			12.660	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 10	1				OXIGÊNIO			
11.372	ROPIVACAÍNA	1			12.664	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18	1				PROTÓXITO DE AZÔNIO			
COD	MATERIAIS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA	12.665	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 20	1			COD	SOROS	COTA	QTD UTILIZ	REPOS- TA
12.027	AGULHA 13X0,45	5			12.696	TORNEIRINHA 3 VIAS	2			953	SORO FISIOLÓGICO 100ML			
12.033	AGULHA 25X7	5	1		12.701	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 2,5	1			955	SORO FISIOLÓGICO 250ML			
12.036	AGULHA 30X8	5	1		12.703	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 3,0	1			956	SORO FISIOLÓGICO 500ML			
12.038	AGULHA 40X12	5	11		12.704	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 3,5	1			12.072	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML			
12.007	AGULHA RAQUI 22	1			12.713	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 4,0	1			16.785	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML			
12.011	AGULHA RAQUI 25	1			12.716	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 4,5	1			12.077	SORO RINGER C/ 500ML LACTATO			
12.023	AGULHA RAQUI 27	1	1		12.718	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 5,0	1							
12.400	BURETA	1			12.720	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 5,5	1							
12.274	CATETER DE OXIGÊNIO Nº 8	1			12.724	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6,0	1							

KIT.REPOSTO POR:



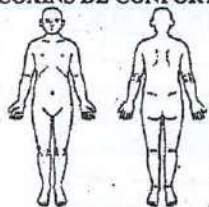
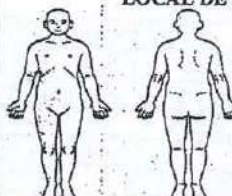



REGISTRO DE ENFERMAGEM NO TRANS – OPERATÓRIO

NOME: Elmo Souza Lima

PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_

DATA: 19/08/20 HORÁRIO: \_\_\_\_\_

SALA: \_\_\_\_\_

<b>CHEGOU AO CENTRO CIRÚRGICO</b> <input checked="" type="checkbox"/> CONSCIENTE <input type="checkbox"/> INCONSCIENTE <input type="checkbox"/> ORIENTADO <input type="checkbox"/> DESORIENTADO <input type="checkbox"/> DEAMBULANDO <input checked="" type="checkbox"/> EM MACA		<b>EQUIPE MULTIDISCIPLINAR</b> CIRURGIÃO: <u>Dr. Antônio</u> AUX 1: _____ AUX 2: _____ CIRCULANTE: <u>Antônio</u> INSTRUMENTADOR: _____ ENFERMEIRO: <u>Penélope</u> ANESTESISTA: <u>Dr.</u>		<b>HORÁRIO</b> ENTRADA NA SALA: <u>14:20</u> INÍCIO DA ANESTESIA: <u>14:45</u> INÍCIO DA CIRURGIA: <u>15:15</u> TÉRMINO DA CIRURGIA: _____ TÉRMINO DA ANESTESIA: _____ SAÍDA DA SALA: _____																																									
<b>PROCEDÊNCIA DO PACIENTE:</b> CIRURGIA PROPOSTA: <u>Implante de fratura de fêmur</u> CIRURGIA REALIZADA: <u>Implante de fratura de fêmur</u>																																													
<b>TECNICA ANESTESICA</b> <input type="checkbox"/> GERAL VENOSA <input type="checkbox"/> GERAL INALATORIA <input type="checkbox"/> GERAL COMBINADA <input checked="" type="checkbox"/> RAQUIANESTESIA <input type="checkbox"/> PERIDURAL C/CATETER <input type="checkbox"/> PERIDURAL S/CATETER <input type="checkbox"/> SEDACÃO <input type="checkbox"/> BLOQUEIO DO PLEXO <input type="checkbox"/> LOCAL <b>ASSEPSIA</b> <input type="checkbox"/> PVPI TOPICO <input type="checkbox"/> PVPI ALCCÓLICO <input checked="" type="checkbox"/> CLOREX. ALCCOLICA <input type="checkbox"/> CLOREX. DEGERMANTE <input type="checkbox"/> CLOREX. AQUOSA <b>SUORTE VENTILATORIO</b> TUBO ENDOTRAQUEAL <input type="checkbox"/> ORAL <input type="checkbox"/> NASAL TUBO AMARADO <input type="checkbox"/> SIM Nº: _____ MASCARA LARINGEIA <input type="checkbox"/> SIM		<b>POSICÃO DO PACIENTE</b> <input checked="" type="checkbox"/> DORSAL <input type="checkbox"/> VENTRAL <input type="checkbox"/> LAT. ESQ. <input type="checkbox"/> LAT. DIR. <input type="checkbox"/> CANIVETE <input type="checkbox"/> LITOTOMIA <input type="checkbox"/> TRENDELEMBURG <input type="checkbox"/> TRENDELEMBURG REVERSA <b>BISTURI ELETTRICO</b> <input type="checkbox"/> BIPOLAR <input type="checkbox"/> UNIPOLAR <input type="checkbox"/> ULTRASSÔNICO <input type="checkbox"/> ARGÔNIO PLACA DE BISTURI LOCAL: _____ <b>COMPRESSAS GRANDES</b> ENTREGUES: _____ DEVOLVIDAS: <u>18</u> <b>COMPRESSAS PEQUENAS</b> ENTREGUES: _____ DEVOLVIDAS: _____ <b>CONTAGEM DE INSTRUMENTAL</b> ENTREGUES: _____ DEVOLVIDAS: _____ <b>GASOMETRIA ARTERIAL</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		<b>EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS UTILIZADOS</b> <input type="checkbox"/> BOMBA DE INFUSAO <input type="checkbox"/> DESFIBRILADOR <input type="checkbox"/> MONITOR CEREBRAL <input type="checkbox"/> INTENSIFICADOR DE IMAGEM <input type="checkbox"/> MANTA TERMICA <input type="checkbox"/> MICROSCÓPIO <input type="checkbox"/> FIBROSCÓPIO <input checked="" type="checkbox"/> MONITOR MULTIPARAMETROS <input checked="" type="checkbox"/> PA NÃO INVASIVA <input type="checkbox"/> PA INVASIVA <input checked="" type="checkbox"/> OXÍMETRO <input type="checkbox"/> CAPNOGRAFO <input type="checkbox"/> PIC <input type="checkbox"/> FOCO AUXILIAR <input type="checkbox"/> FONTE DE LUZ <input type="checkbox"/> BRONCOSCÓPIO <input checked="" type="checkbox"/> CARRO DE ANESTESIA <input type="checkbox"/> GARROTE PNEUMATICO <input type="checkbox"/> CARDIOSCÓPIO <input type="checkbox"/> TERMOMETRO <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/> ACESSO VENOSO PERIFÉRICO <input type="checkbox"/> ACESSO VENOSO CENTRAL <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E																																									
<b>COXINS DE CONFORTO</b> 		<b>PLACA DE BISTURI, ELETRODOS E LOCAL DE INCISÃO</b>  <b>LEGENDA</b> PLACA DE BISTURI  LOCAL: _____ ELETRODOS  INCISÃO 		<b>SONDAS</b> <input type="checkbox"/> SNG Nº _____ <input type="checkbox"/> SNE Nº _____ <input type="checkbox"/> FOGARTY Nº _____ <input type="checkbox"/> SOND. FOLLEY Nº _____ <input type="checkbox"/> C/RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> S/RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> FOLLEY SILICONE Nº _____ <input type="checkbox"/> SONTA NELATON Nº _____ PASSADA POR: _____ ASPIRAÇÃO Nº _____																																									
<b>DRENOS E CÂNULAS</b> <input type="checkbox"/> SUCCÃO Nº _____ <input checked="" type="checkbox"/> ABDOMINAL Nº _____ <input type="checkbox"/> BLAKE Nº _____ <input type="checkbox"/> TÓRAX Nº _____ <input type="checkbox"/> PIZZER Nº _____ <input type="checkbox"/> PENROSE Nº _____ <input type="checkbox"/> KHER Nº _____ <input type="checkbox"/> TRAQUEOSTOMO Nº _____ <input type="checkbox"/> GUEDEL Nº _____ <input type="checkbox"/> TOT Nº _____		<b>DIURESE DESPREZADA EM SALA</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>HORA</th> <th>VOLUME</th> <th>ASPECTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table> <b>ANATOMO PATOLÓGICO</b> NOME DA PEÇA: _____ Nº DA PEÇA: _____ <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		HORA	VOLUME	ASPECTO										<table border="1"> <thead> <tr> <th>SANGUE E HEMODERIVADO</th> <th>QUANT.</th> <th>DATA</th> <th>HORÁRIO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CONCENTRADO DE HEMÁCIAS</td> <td> </td> <td> </td> <td>1º INÍCIO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____</td> </tr> <tr> <td>PLASMA</td> <td> </td> <td> </td> <td>1º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____</td> </tr> <tr> <td>PLAQUETAS</td> <td> </td> <td> </td> <td>1º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____</td> </tr> <tr> <td>OUTROS</td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table> Nº DA BOLSA: _____		SANGUE E HEMODERIVADO	QUANT.	DATA	HORÁRIO	CONCENTRADO DE HEMÁCIAS			1º INÍCIO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____	PLASMA			1º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____	PLAQUETAS			1º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____	OUTROS											
HORA	VOLUME	ASPECTO																																											
SANGUE E HEMODERIVADO	QUANT.	DATA	HORÁRIO																																										
CONCENTRADO DE HEMÁCIAS			1º INÍCIO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____																																										
PLASMA			1º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____																																										
PLAQUETAS			1º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ 2º INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ OUTRAS: _____																																										
OUTROS																																													
<b>SINAIS VITAIS</b> <table border="1"> <tbody> <tr><td>FC (BPM)</td><td><u>66</u></td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>SpO2 (mmHg)</td><td><u>100%</u></td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>EPcO2 (mmHg)</td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>PA (mmHg)</td><td><u>112 x 74</u></td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>PAI (mmHg)</td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>FR (RPM)</td><td><u>10</u></td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>TEMP. (°C)</td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>LPP (LOCAL)?</td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>						FC (BPM)	<u>66</u>				SpO2 (mmHg)	<u>100%</u>				EPcO2 (mmHg)					PA (mmHg)	<u>112 x 74</u>				PAI (mmHg)					FR (RPM)	<u>10</u>				TEMP. (°C)					LPP (LOCAL)?				
FC (BPM)	<u>66</u>																																												
SpO2 (mmHg)	<u>100%</u>																																												
EPcO2 (mmHg)																																													
PA (mmHg)	<u>112 x 74</u>																																												
PAI (mmHg)																																													
FR (RPM)	<u>10</u>																																												
TEMP. (°C)																																													
LPP (LOCAL)?																																													



ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA				
Dados pessoais confirmados com o paciente + equipe + prontuário + pulseira		SIM	NÃO	NA
Procedimento/sítio cirúrgico confirmado com o paciente + equipe + prontuário	exames	SIM	NÃO	NA
Termo de consentimento assinado		SIM	NÃO	NA
Checado funcionamento do equipamento anestésico		SIM	NÃO	NA
Alergias conhecidas:		SIM	NÃO	NA
Via aérea difícil e/ou risco de broncoaspiração?		SIM	NÃO	NA
Se <b>SIM</b> , os materiais devem estar disponível em sala				
Avaliado risco de perda sanguínea >500ml (7ml/kg em crianças)		SIM	NÃO	NA
Se <b>SIM</b> , paciente deve ter 2 <b>AVP</b> calibrosos punçoados ou <b>CVC</b> fluido previsto em sala				

sala		ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA		
Todos os membros da equipe se apresentam informando nome e função		SIM	NÃO	NA
Equipe confirma nome do paciente, local da cirurgia e procedimento		SIM	NÃO	NA
Imagens essenciais disponíveis na sala operatória		SIM	NÃO	NA
Antibioticoprofilaxia administrada nos últimos 60min.		SIM	NÃO	NA
Materiais e implantes no prazo de validade		SIM	NÃO	NA

Materiais e implantes no prazo de validade			
ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA DE OPERAÇÃO			
Todos os membros da equipe confirmam o procedimento realizado	SIM	NÃO	NA
Contagem de instrumentais, compressas e agulhas estão corretas	SIM	NÃO	NA
Biópsia identificada com: Nome completo do paciente, data de nascimento, nº do prontuário, nome do cirurgião e data e do procedimento. Nº de amostras:	SIM	NÃO	NA
Identificados problemas com equipamentos durante o procedimento	SIM	NÃO	NA
Recomendações especiais para o pós operatório	SIM	NÃO	NA

Recomendações especiais para o tipo de operação		ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM		ASSINATURA	
---	--	------------------------	--	------------	--

RA	REGISTRO	ASSINATURA
00	paciente admitido em 50 com consentimento	
01	paciente internado em 1502 de ACP	
02	paciente internado em 1503 de ACP	
03	paciente internado em 1504 de ACP	
04	paciente internado em 1505 de ACP	
05	paciente internado em 1506 de ACP	
06	paciente internado em 1507 de ACP	
07	paciente internado em 1508 de ACP	
08	paciente internado em 1509 de ACP	
09	paciente internado em 1510 de ACP	
10	paciente internado em 1511 de ACP	
11	paciente internado em 1512 de ACP	
12	paciente internado em 1513 de ACP	
13	paciente internado em 1514 de ACP	
14	paciente internado em 1515 de ACP	
15	paciente internado em 1516 de ACP	
16	paciente internado em 1517 de ACP	
17	paciente internado em 1518 de ACP	
18	paciente internado em 1519 de ACP	
19	paciente internado em 1520 de ACP	
20	paciente internado em 1521 de ACP	
21	paciente internado em 1522 de ACP	
22	paciente internado em 1523 de ACP	
23	paciente internado em 1524 de ACP	
24	paciente internado em 1525 de ACP	
25	paciente internado em 1526 de ACP	
26	paciente internado em 1527 de ACP	
27	paciente internado em 1528 de ACP	
28	paciente internado em 1529 de ACP	
29	paciente internado em 1530 de ACP	
30	paciente internado em 1531 de ACP	
31	paciente internado em 1532 de ACP	
32	paciente internado em 1533 de ACP	
33	paciente internado em 1534 de ACP	
34	paciente internado em 1535 de ACP	
35	paciente internado em 1536 de ACP	
36	paciente internado em 1537 de ACP	
37	paciente internado em 1538 de ACP	
38	paciente internado em 1539 de ACP	
39	paciente internado em 1540 de ACP	
40	paciente internado em 1541 de ACP	
41	paciente internado em 1542 de ACP	
42	paciente internado em 1543 de ACP	
43	paciente internado em 1544 de ACP	
44	paciente internado em 1545 de ACP	
45	paciente internado em 1546 de ACP	
46	paciente internado em 1547 de ACP	
47	paciente internado em 1548 de ACP	
48	paciente internado em 1549 de ACP	
49	paciente internado em 1550 de ACP	
50	paciente internado em 1551 de ACP	
51	paciente internado em 1552 de ACP	
52	paciente internado em 1553 de ACP	
53	paciente internado em 1554 de ACP	
54	paciente internado em 1555 de ACP	
55	paciente internado em 1556 de ACP	
56	paciente internado em 1557 de ACP	
57	paciente internado em 1558 de ACP	
58	paciente internado em 1559 de ACP	
59	paciente internado em 1560 de ACP	
60	paciente internado em 1561 de ACP	
61	paciente internado em 1562 de ACP	
62	paciente internado em 1563 de ACP	
63	paciente internado em 1564 de ACP	
64	paciente internado em 1565 de ACP	
65	paciente internado em 1566 de ACP	
66	paciente internado em 1567 de ACP	
67	paciente internado em 1568 de ACP	
68	paciente internado em 1569 de ACP	
69	paciente internado em 1570 de ACP	
70	paciente internado em 1571 de ACP	
71	paciente internado em 1572 de ACP	
72	paciente internado em 1573 de ACP	
73	paciente internado em 1574 de ACP	
74	paciente internado em 1575 de ACP	
75	paciente internado em 1576 de ACP	
76	paciente internado em 1577 de ACP	
77	paciente internado em 1578 de ACP	
78	paciente internado em 1579 de ACP	
79	paciente internado em 1580 de ACP	
80	paciente internado em 1581 de ACP	
81	paciente internado em 1582 de ACP	
82	paciente internado em 1583 de ACP	
83	paciente internado em 1584 de ACP	
84	paciente internado em 1585 de ACP	
85	paciente internado em 1586 de ACP	
86	paciente internado em 1587 de ACP	
87	paciente internado em 1588 de ACP	
88	paciente internado em 1589 de ACP	
89	paciente internado em 1590 de ACP	
90	paciente internado em 1591 de ACP	
91	paciente internado em 1592 de ACP	
92	paciente internado em 1593 de ACP	
93	paciente internado em 1594 de ACP	
94	paciente internado em 1595 de ACP	
95	paciente internado em 1596 de ACP	
96	paciente internado em 1597 de ACP	
97	paciente internado em 1598 de ACP	
98	paciente internado em 1599 de ACP	
99	paciente internado em 1600 de ACP	

ENCAMINHADO PARA:



# HUSE

## BOLETIM DE ANESTESIA



Fundação Hospitalar de Saúde

PACIENTE:

Elmo Souza Neves

REGISTRO:

20.417

UNIDADE:

MÉDICO:

LEITO:

CIRURGIA PROGRAMADA

TDD Canaliza Fratura Tibia

CIRURGIA REALIZADA

DATA

04/08/2020

ANESTESIOLOGISTA

Dr. Luis M. S.

TÉCNICA ANESTÉSICA

Manobra

MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA

CIRURGIÃO

Orlando

AUXILIAR

ASA

I

HORA DE INÍCIO

15:00

HORA DE TÉRMINO

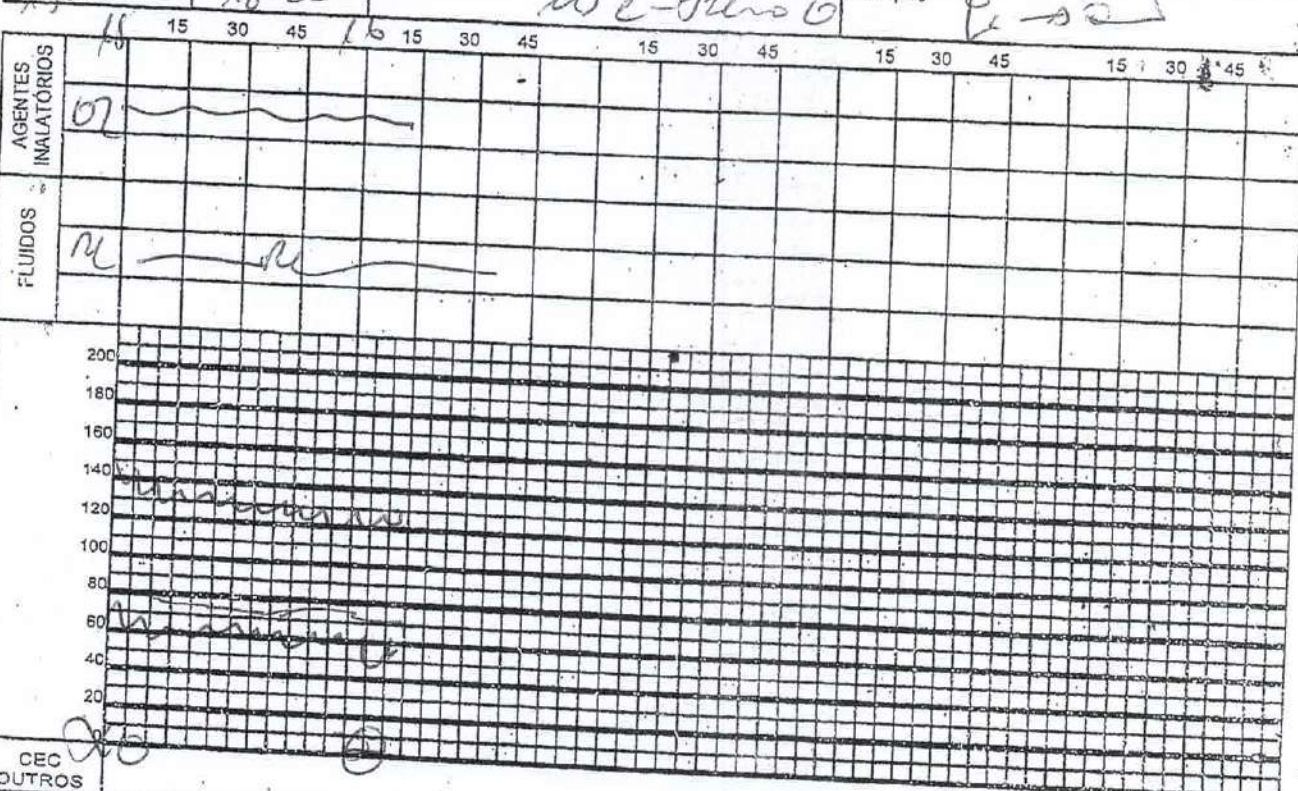
16:00

ACESSO VENOSO

VE-Juno 6

POSICÃO

P-22



CEC  
OUTROS

### MONITORIZAÇÃO

CONDIÇÃO DE ALTA PARA CPAP

MONITORIZAÇÃO

PA NÃO INVASIVA

PA INVASIVA

ELETRICARDIOGRAFIA

OXIMETRIA

CAPNOGRAFIA

2

2

2

2

2

PVC

TEMPERATURA

DIURESE

VENTILAÇÃO

PAM

### AGENTES ANESTÉSICOS

DOSE

ANTIBIÓTICO PROFILAXIA

NOME:

1ª Dose as: horas

2ª Dose as: horas

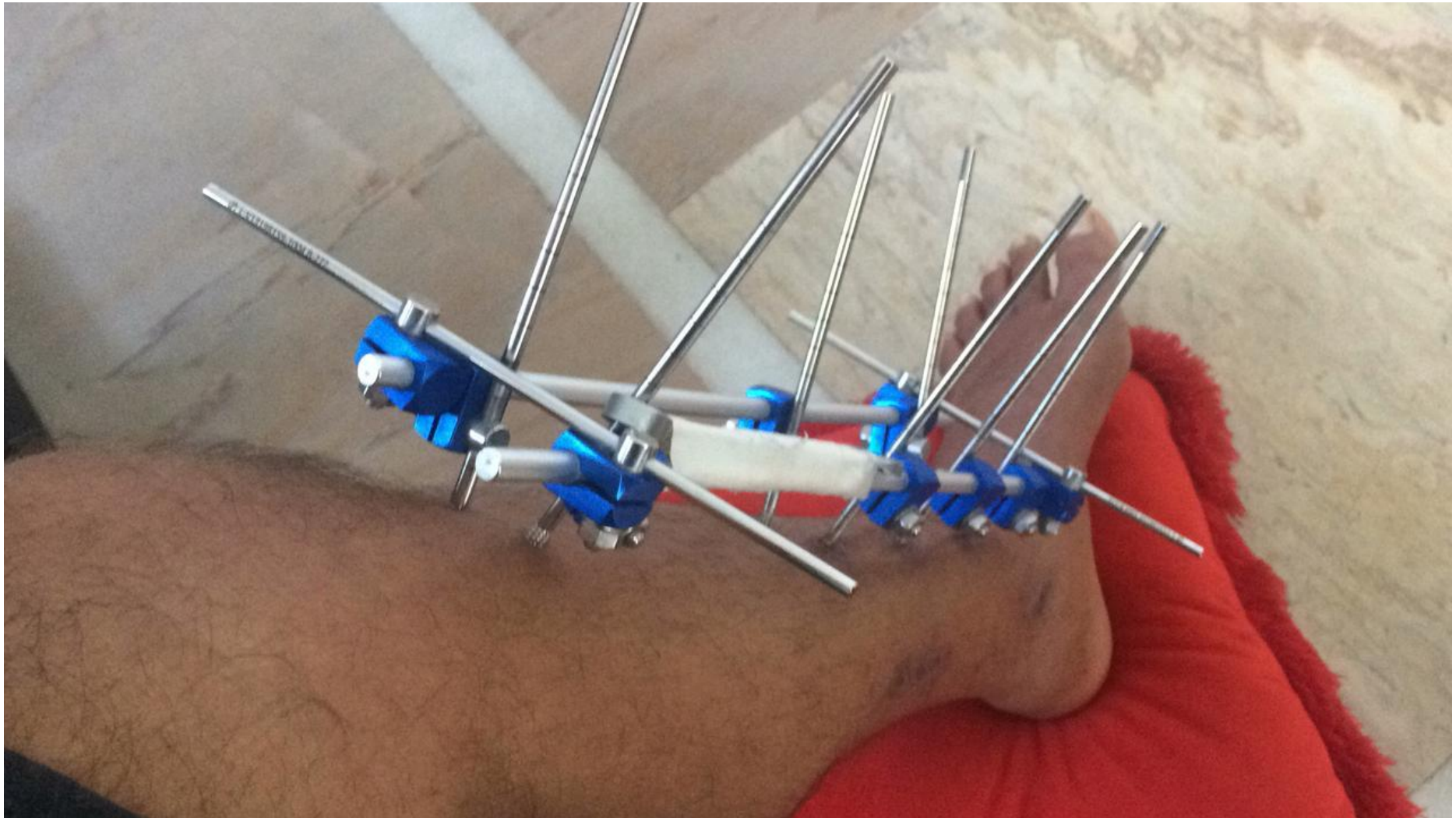
3ª Dose as: horas

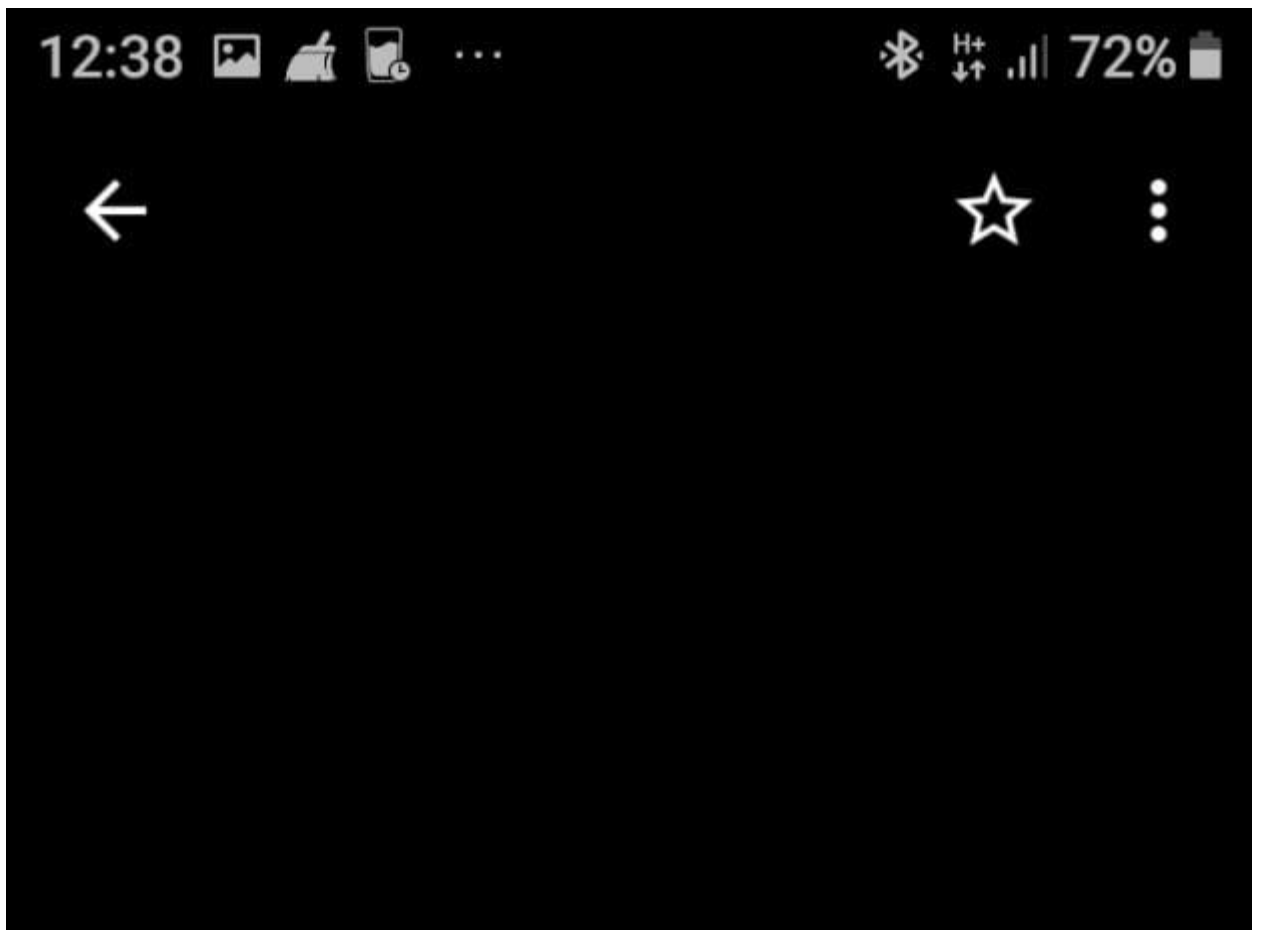
OBSERVAÇÕES

ENCAMINHADO PARA

UNIDADE













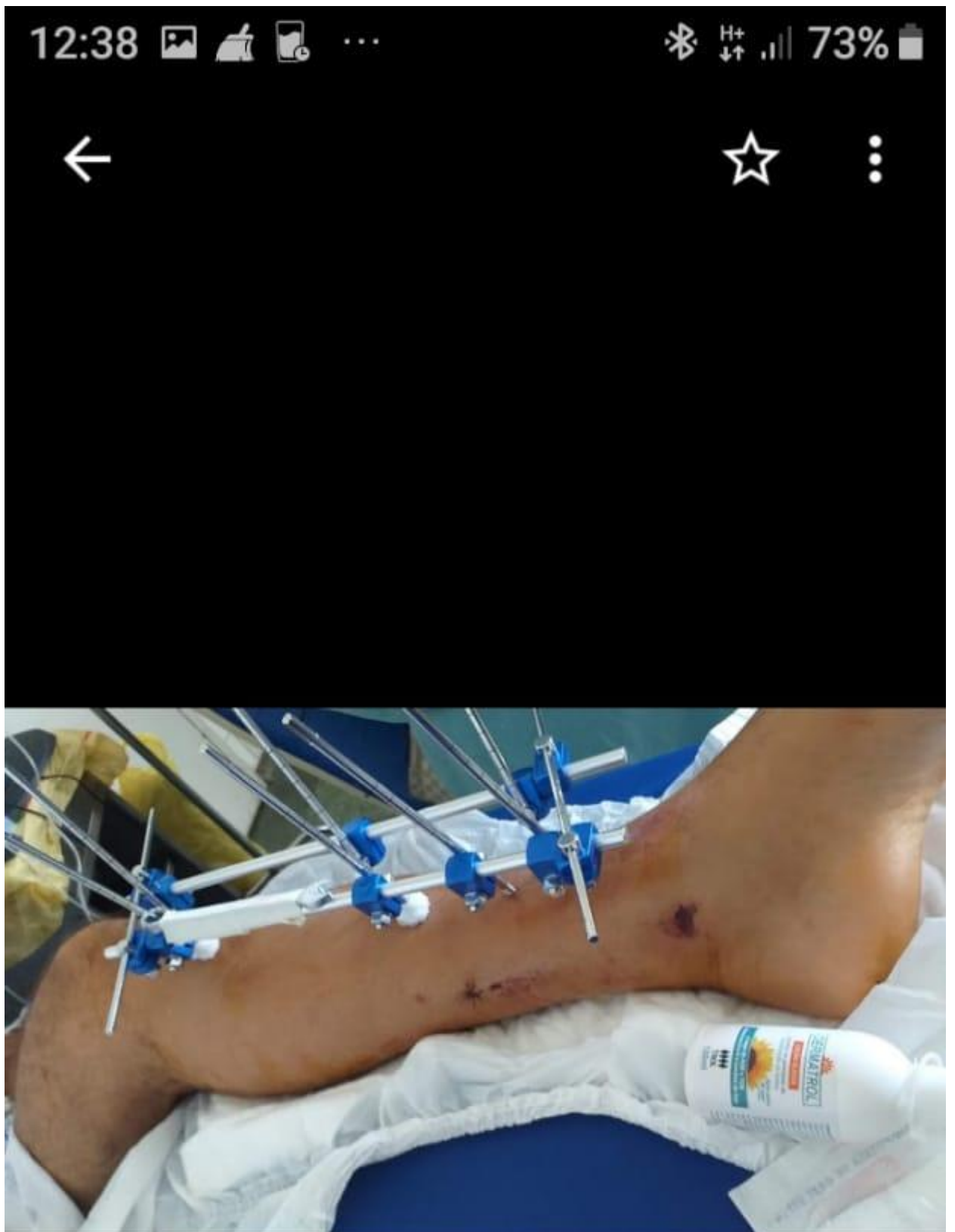






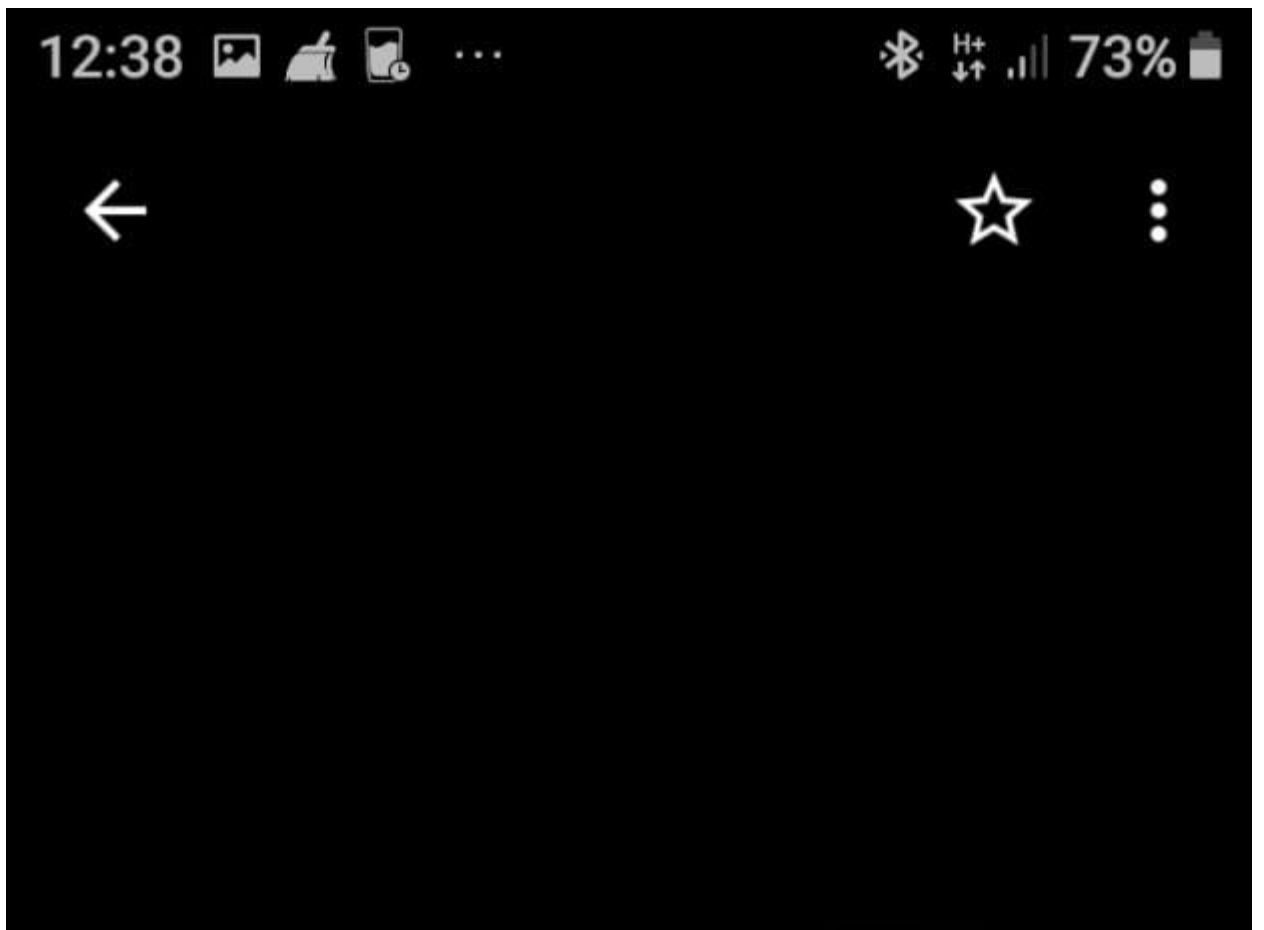




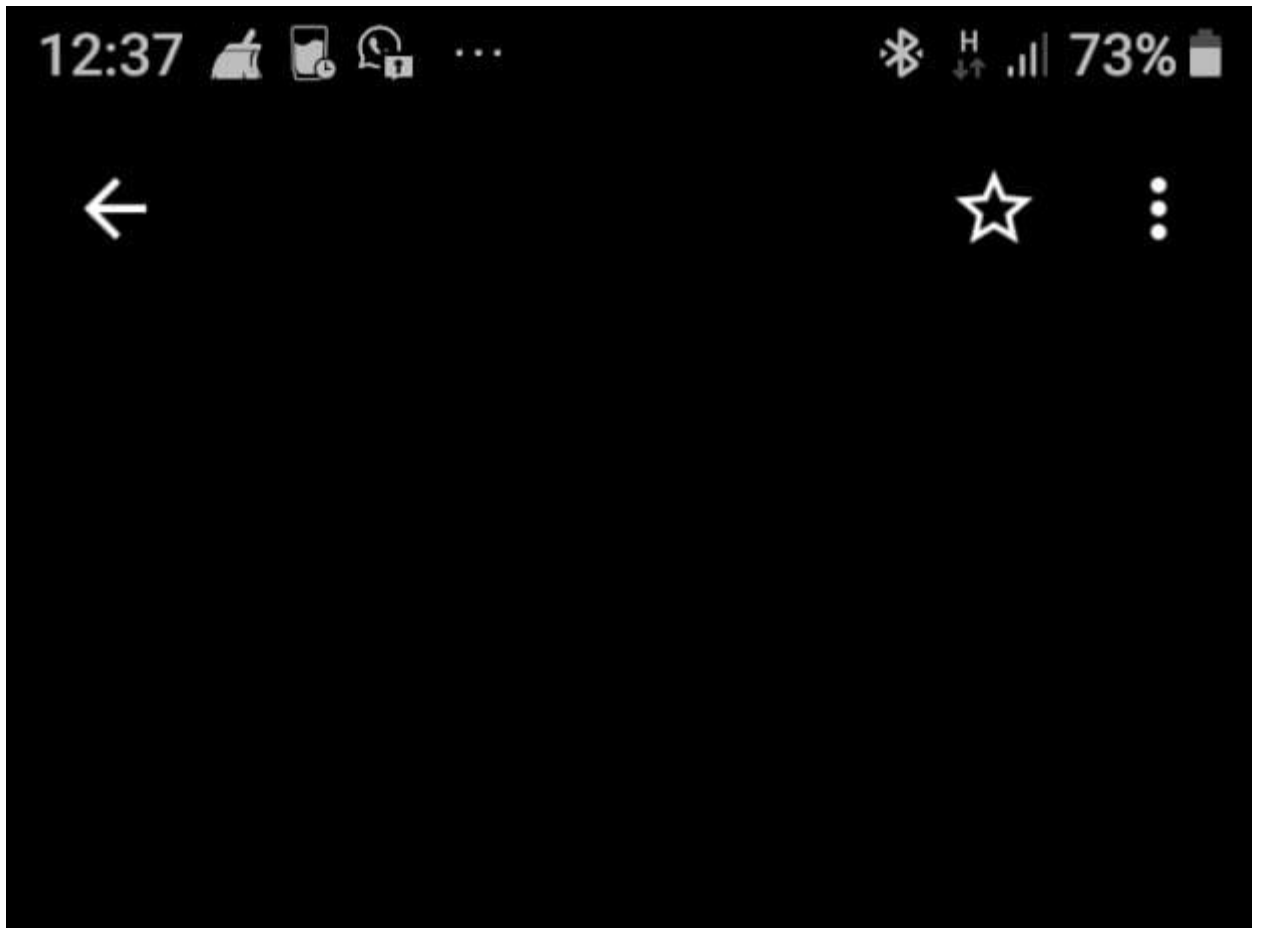


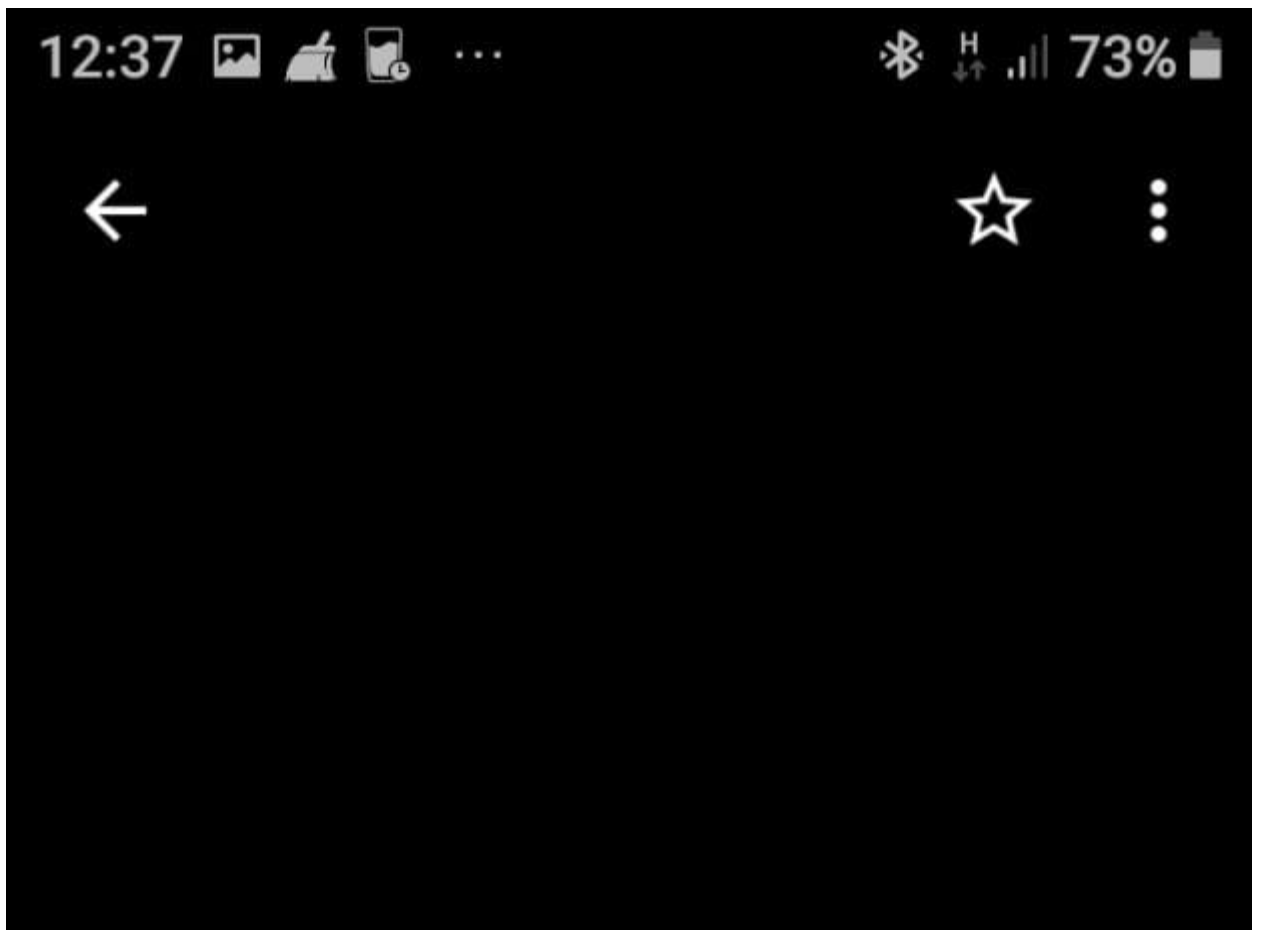




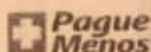












CNPJ: 06.626.253/1250-19  
EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
AVENIDA MARANHÃO, 13 - - até 161/0162  
SANTO ANTONIO, ARACAJU-SE  
CEP: 49060-400

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código Descrição	Qtde	UN	VI	Item	VI	Total
339318 XARELTO 10MG CPD/30	1	UN	312,13			312,13
De: 312,13 Por: 237,25						
Desconto sobre item					-74,88	
Qtde. total de itens	1					
Valor a Pagar R\$					237,25	
FORMA PAGAMENTO					VALOR PAGO R\$	
Cartão Crédito					237,25	

Consulte pela Chave de Acesso em:  
[www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta)

2820 0806 6262 5312 5019 6500 2000 0448 5810 0019 9098



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 44858 Série: 2  
11/08/2020 17:06:51

Protocolo de autorização:  
328200088483579

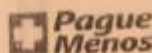
Data de autorização:  
11/08/2020 17:06:53

TRNCENTRE AUT: 0 TRN: 2430

### CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

OLAJOSE,  
VOCE E UM CLIENTE SEMPRE.  
SEU SALDO NO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS  
DE JULHO A DEZEMBRO/2020 E DER\$ 12.89\*. ATINJAR\$  
500.00 ATE31/12/2020 E SEJA UM CLIENTE OURO.  
\*ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,  
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVICOS. LEMBRE-SE QUE SUAS  
COMPRAS SAO CONTABILIZADAS EM ATE 15 DIAS. CONFIRA O  
REGULAMENTO E SEUS BENEFICIOS EM PORTAL.PAGUEMENOS.COM.  
BR/FIDELIDADE

CPF CLIENTE SEMPRE: 102.\*\*\*.\*\*\*-06  
Operador: 103850 Vendedor: 52392  
Trib aprox R\$:31,91 Fed e R\$:0,00 Est e R\$:0,00 Muni  
Fonte: IBPT ca7g13  
Obrigado e Volte Sempre.  
Versao do PDV: 230.0.7



CNPJ: 06.626.253/1250-19  
EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
AVENIDA MARANHÃO, 13 - - até 161/0162  
SANTO ANTONIO, ARACAJU-SE  
CEP: 49060-400

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código Descrição	Qtde	UN	VI	Item	VI	Total
457124 DIPIRONA SOD 1G CPD/10 GN-NQ	1	CX	17,89			17,89
De: 17,89 Por: 14,08						
Desconto sobre item					-3,81	
263125 FLANCOX 400MG CPD/10	1	UN	21,96			21,96
De: 21,96 Por: 16,78						
Desconto sobre item					-5,18	
Qtde. total de itens	2					
Valor a Pagar R\$					30,86	
FORMA PAGAMENTO					VALOR PAGO R\$	
Dinheiro					32,00	
Troco R\$					1,14	

Consulte pela Chave de Acesso em:  
[www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta)

2820 0806 6262 5312 5019 6500 2000 0448 5910 0002 1768



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 44859 Série: 2  
11/08/2020 17:07:51

Protocolo de autorização:  
328200088484232

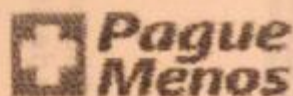
Data de autorização:  
11/08/2020 17:07:53

### CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

OLAJOSE,  
VOCE E UM CLIENTE SEMPRE.  
NESSA COMPRA VOCE ECONOMIZOU R\$ 8,99  
SEU SALDO NO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS  
DE JULHO A DEZEMBRO/2020 E DER\$ 12.89\*. ATINJAR\$  
500.00 ATE31/12/2020 E SEJA UM CLIENTE OURO.  
\*ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,  
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVICOS. LEMBRE-SE QUE SUAS  
COMPRAS SAO CONTABILIZADAS EM ATE 15 DIAS. CONFIRA O  
REGULAMENTO E SEUS BENEFICIOS EM PORTAL.PAGUEMENOS.COM.  
BR/FIDELIDADE

CPF CLIENTE SEMPRE: 102.\*\*\*.\*\*\*-06  
Operador: 103850 Vendedor: 52392  
Trib aprox R\$:4,15 Fed e R\$:0,00 Est e R\$:0,00 Muni  
Fonte: IBPT ca7g13  
Obrigado e Volte Sempre.  
Versao do PDV: 230.0.7





CNPJ: 06.626.253/1250-19  
EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
AVENIDA MARANHÃO, 13 - - até 161/0162  
SANTO ANTONIO, ARACAJU-SE  
CEP: 49060-400

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	UN	VL Item	VL Total
339318	XARELTO 10MG CPD/30	1	UN	312,13	312,13
De:	312,13	Por:	237,25		
Desconto sobre item					-74,88
Qtde. total de itens					1

Valor a Pagar R\$	237,25
FORMA PAGAMENTO	VALOR PAGO R\$
Cartão Crédito	237,25

Consulte pela Chave de Acesso em:  
[www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta)

2820 0806 6262 5312 5019 6500 2000 0448 5810 0019 9098



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 44858 Série: 2  
11/08/2020 17:06:51

Protocolo de autorização:  
328200088483579

Data de autorização:  
11/08/2020 17:06:53

TRNCENTRE AUT: 0 TRN: 2430

**CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS**

OLAJOSE,

VOCE E UM CLIENTE SEMPRE.

SEU SALDO NO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS  
DE JULHO A DEZEMBRO/2020 E DER\$ 12.89\*. ATINJAR\$  
500.00 ATE31/12/2020 E SEJA UM CLIENTE OURO.

\*ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS





CNPJ: 06.626.253/1250-19  
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
AVENIDA MARANHÃO, 13 - - até 161/0162  
SANTO ANTONIO, ARACAJU-SE  
CEP: 49060-400

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	UN	VL Item	VL Total
457124	DIPIRONA SOD 1G CPD/10 GN-NQ	1	CX	17,89	17,89
De:	17,89	Por:	14,08		
	Desconto sobre item				-3,81
263125	FLANCOX 400MG CPD/10	1	UN	21,96	21,96
De:	21,96	Por:	16,78		
	Desconto sobre item				-5,18
Qtde. total de itens					2
Valor a Pagar R\$					30,86
FORMA PAGAMENTO					VALOR PAGO R\$
Dinheiro					32,00
Troco R\$					1,14

Consulte pela Chave de Acesso em:  
[www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta)

2820 0806 6262 5312 5019 6500 2000 0448 5910 0002 1768



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 44859 Série: 2  
11/08/2020 17:07:51

Protocolo de autorização:  
328200088484232

Data de autorização:  
11/08/2020 17:07:53

**CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS**

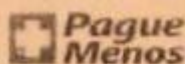
OLÁ JOSE,

VOCE É UM CLIENTE SEMPRE.

NESSA COMPRA VOCE ECONOMIZOU R\$ 8,99

SEU SALDO NO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS  
DE JULHO A DEZEMBRO/2020 E DER\$ 12.89\*. ATINJAR\$  
500.00 ATE 31/12/2020 E SEJA UM CLIENTE OURO.

\*ESSE VALOR É UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,  
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVIÇOS. LEMBRE-SE QUE SUAS



CNPJ: 06.626.253/1250-19  
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
AVENIDA MARANHÃO, 13 - - até 161/0162  
SANTO ANTONIO, ARACAJU-SE  
CEP: 49060-400

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	UN	VL Item	VL Total
457124	DIPIRONA SOD 16 CPD/10 GN-NQ	1	CX	17,89	17,89
De:	17,89	Por:	14,08		
	Desconto sobre item				-3,81
263125	FLANCOX 400MG CPD/10	1	UN	21,96	21,96
De:	21,96	Por:	16,78		
	Desconto sobre item				-5,18
	Qtde. total de itens				2
Valor a Pagar R\$					30,86
FORMA PAGAMENTO					VALOR PAGO R\$
Dinheiro					32,00
Troco R\$					1,14

Consulte pela Chave de Acesso em:  
[www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta)

2820 0806 6262 5312 5019 6500 2000 0448 5910 0002 1768



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 44859 Série: 2  
11/08/2020 17:07:51

Protocolo de autorização:  
328200088484232

Data de autorização:  
11/08/2020 17:07:53

## CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

OLA JOSE,

VOCE E UM CLIENTE SEMPRE.

NESSA COMPRA VOCE ECONOMIZOU R\$ 8,99

SEU SALDO NO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS

DE JULHO A DEZEMBRO/2020 E DER\$ 12.89\*. ATINJAR\$

500.00 ATE 31/12/2020 E SEJA UM CLIENTE OURO.

\*ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,  
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVICOS. LEMBRE-SE QUE SUAS  
COMPRAS SAO CONTABILIZADAS EM ATE 15 DIAS. CONFIRA O  
REGULAMENTO E SEUS BENEFICIOS EM [PORTAL.PAGUEMENOS.COM.BR/FIDELIDADE](http://PORTAL.PAGUEMENOS.COM.BR/FIDELIDADE)

CPF CLIENTE SEMPRE: 102.\*\*\*.\*\*\*-06

Operador: 103850 Vendedor: 52392

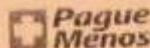
Trib aprox R\$: 4,15 Fed e R\$: 0,00 Est e R\$: 0,00 Muni

Fonte: IBPT ca7gi3

Obrigado e Volte Sempre.

Versão do PDV: 230.0.7





CNPJ: 06.626.253/1250-19  
EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
AVENIDA MARANHÃO, 13 - - até 161/0162  
SANTO ANTONIO, ARACAJU-SE  
CEP: 49060-400

DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	UM	VL Item	VL Total
339318	XARELTO 10MG CPD/30	1	UN	312,13	312,13
De:	312,13	Por:		237,25	
Desconto sobre item					-74,88
Qtde. total de itens					1

Valor a Pagar R\$ 237,25  
FORMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$  
Cartão Crédito 237,25

Consulte pela Chave de Acesso em:  
[www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta)

2820 0806 6262 5312 5019 6500 2000 0448 5810 0019 9098



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 44858 Série: 2  
11/08/2020 17:06:51

Protocolo de autorização:  
328200088483579

Data de autorização:  
11/08/2020 17:06:53

TRNCENTRE AUT: 0 TRN: 2430

### CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

OLA JOSE,  
VOCE E UM CLIENTE SEMPRE.  
SEU SALDO NO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS  
DE JULHO A DEZEMBRO/2020 E DER\$ 12.89+. ATINJAR\$  
500.00 ATE 31/12/2020 E SEJA UM CLIENTE OURO.  
+ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,  
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVICOS. LEMBRE-SE QUE SUAS  
COMPRAS SAO CONTABILIZADAS EM ATE 15 DIAS. CONFIRA O  
REGULAMENTO E SEUS BENEFICIOS EM PORTAL.PAGUEMENOS.COM.  
BR/FIDELIDADE

CPF CLIENTE SEMPRE: 102.\*\*\*.\*\*\*-06  
Operador: 103850 Vendedor: 52392  
Trib aprox R\$: 31,91 Fed e R\$: 0,00 Est e R\$: 0,00 Muni  
Fonte: IBPT ca7gi3  
Obrigado e Volte Sempre.  
Versão do PDV: 230.0.7

## RELATÓRIO REFERENTE À OCORRÊNCIA

**NÚMERO: 2008040286/ ESUS – SAMU**

**e – DOC 020000.48088/2020-0**

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **08h48min** do dia **04 de agosto de 2020**, para atendimento de vítima identificada como, **Elmo Souza Neves**, com relato de colisão carro x carro, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju**, removeu a vítima do local do acidente para o **Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva** no município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 21 de setembro de 2020

**Zildete Cibele G. A. Sabino**

**Coordenadora Médica**

**SAMU 192 SERGIPE**

*Zildete Cibele G. A. Sabino*  
Zildete Cibele G. A. Sabino  
Coordenadora Médica  
SAMU 192 - Sergipe  
CRM-SE 5698





MÉDICO: Guilherme

ESPECIALIDADE: \_\_\_\_\_

DATA DO RETORNO: 07-10-2020

HORÁRIO: 07:00

Rua Prof. José Bonifácio Fortes Neto, s/n. Bairro Capucho.  
Aracaju/SE. Ao lado do CASE.  
Tel: 79-3234-3412 – Recepção (agendamentos e remarcações)  
79-3234-3415 - Serviço Social



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

## AMBULATÓRIO DE RETORNO

SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

### SOLICITAÇÃO DE RADIOGRAFIAS

PACIENTE: Elaine S. Neves

IDADE: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nº do BE \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO: Fratura ossa perna E

#### SOLICITO RADIOGRAFIAS:

- ( ) CLAVÍCULA AP ( ) D ( ) E
- ( ) OMBRO AP - PERFIL ESCÁPULA - PERFIL AXILAR ( ) D ( ) E
- ( ) BRAÇO AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) COTOVELO AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) ANTEBRAÇO AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) PUNHO PA - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) MÃO PA - PERFIL - OBLÍQUA ( ) D ( ) E
- ( ) BACIA AP ( ) BACIA INLET - OUTLET ( ) BACIA ALAR - OBTURATRIZ
- ( ) QUADRIL AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) COXA AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) JOELHO AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ☒ PERNA AP - PERFIL ( ) D ☒ E
- ( ) TORNOZELO AP - PERFIL ( ) D ( ) E
- ( ) PÉ AP - PERFIL - OBLÍQUA ( ) D ( ) E
- ( ) OUTRAS: \_\_\_\_\_

Dr. Guilherme E. S. Silva  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM: 2728

MÉDICO ASSISTENTE





# AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

## RECEITUÁRIO

PACIENTE

Elmo S. Neves

Use Ortel  
Lixador Dry-cop  
Pomex 1 cop  
12/12 h. durante  
2d.

Dr. Guilherme B. S. Silva  
Ortopedia = Traumatologia  
CRM: 2728

DATA

10/09/2020



## AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

### RECEITUÁRIO

PACIENTE:

Elis S. Naves

Lobato

Arquivo -  
Sant

Pinto

Dr. Guilherme E. S. Silva  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 2728

Dr. José Roberto Simões de Jesus  
Gastroenterologia  
Vida - Endoscopia e Laparoscopia  
Unidade de Assistência Digestiva  
CRM - SE 1470

DATA    /    /



NOME: ELTON LONZA NEVES

DIAGNOSTICO: FRACTURA EXPOSTA TIBIA (C)

DATA DA INTERNAÇÃO: 04 / 08 / 20

PROCEDIMENTO(S) E DATA

(S) LIG. PEÇA DE REPOUSO COM 04 / 08 / 20

FRATURA EXPOSTA TIBIA (C) - - - - -

DATA DA ALTA HOSPITALAR: 11 / 08 / 20

ORIENTAÇÃO MÉDICA

1º. REPOUSO EM CASA E MANTER MMII (X) OU ( ) MMSS ELEVADOS.

2º. CURATIVOS DIÁRIOS EM POSTO DE SAÚDE E RETIRAR OS PONTOS APÓS 20 DIAS DO PÓS - OPERATÓRIO.

3º. LIGAR PARA 32343412 PARA MARCAR O RETORNO NUMA SEGUNDA A SEXTA ONDE HOUVER VAGA, NO AMBULATÓRIO DA ORTOPEDIA.

D

ARACAJU, 11 de 08 de 20 20

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Cirurgia de Ombro e Cotovelo  
CRM 3308  
MÉDICO

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o

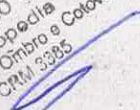
Sr(a) ELMO LAGES NEVES

atendido(a) neste serviço, necessita afastar-se de suas atividades por  
180 dia(s).

CID: 582.2

Aracaju, 04 de 08 de 20

ATENCIOSAMENTE,

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Cirurgia de Mão e Colunel  
CRM 3385  




NOME:

ELIO SANTOS NEVES

**R<sub>x</sub>**

1 - FLANCOX \_\_\_\_\_ 400mg \_\_\_\_\_ 1 CAIXA

USO: Oral, 01 comprimido de 12/12h por 5 dias.

2 - DIPIRONA \_\_\_\_\_ 1g \_\_\_\_\_ 1 Caixa

Uso: Oral, 01 comprimido de 6/6h se febre ou dor.

4 - XARELTO \_\_\_\_\_ 10mg \_\_\_\_\_ 1 Caixa

Uso: Oral, 01 comprimido 1X ao dia.

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Cirurgião de Ombro e Cotovelo  
CRM 22865

41 DS/20

NOME:

WILSON LUIZ NEVES

**R<sub>x</sub>**

1 - FLANCOX \_\_\_\_\_ 400mg \_\_\_\_\_ 1 CAIXA

USO: Oral, 01 comprimido de 12/12h por 5 dias.

2 - DIPIRONA \_\_\_\_\_ 1g \_\_\_\_\_ 1 Caixa

Uso: Oral, 01 comprimido de 6/6h se febre ou dor.

4 - XARELTO \_\_\_\_\_ 10mg \_\_\_\_\_ 1 Caixa

Uso: Oral, 01 comprimido 1X ao dia.

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Cirurgia de Ombro e Cotovelo  
CRM 3385

27/07/20





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

20/10/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

20/10/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040601109 - Número Único: 0042728-85.2020.8.25.0001

Autor: ELMO SOUZA NEVES

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer.

Cite-se e intime-se **a parteré** para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes ( **art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório** (**art. 334, §9º, do CPC**) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.**

Aracaju/SE, 20 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RODRIGUES NETO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 20/10/2020, às 19:56:29**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020002002820-02**.

---





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

23/10/2020

**MOVIMENTO:**

Remessa

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

23/10/2020

**MOVIMENTO:**

Recebimento

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

03/12/2020

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

<br/> Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 24/02/2021, às 09h:30min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação Presencial-2/2021.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

03/12/2020

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Considera(m)-se intimada(s) da Audiência de Conciliação a(s) parte(s) requerente(s) e (ou) requeridos(s), por meio de seu(s) patrono(s), via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC. Não obstante a audiência ter sido marcada na modalidade presencial, esta poderá ocorrer de forma mista em caso de impossibilidade de comparecimento por medida de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus(COVID 19). Nesse caso, deverá ser providenciada a instalação do aplicativo Cisco webex meetings em seu smartphone, tablet ou computador, uma vez que será a plataforma utilizada sendo o link de acesso: [https://cnj.webex.com/meet/videoaudiencia\\_cejuscaju\\_sala2](https://cnj.webex.com/meet/videoaudiencia_cejuscaju_sala2) para a videoconferência. Deverá ainda, juntar manifestação, caso haja interesse na realização da audiência por videoconferência, com antecedência mínima de 48 horas da data da audiência, informando o número do processo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

03/12/2020

**MOVIMENTO:**

Citação Eletrônica

**DESCRIÇÃO:**

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.<br>Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 24/02/2021, às 09h:30min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação Presencial-2/2021. Não obstante a audiência ter sido marcada na modalidade presencial, esta poderá ocorrer de forma mista em caso de impossibilidade de comparecimento por medida de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus(COVID 19). Nesse caso, deverá ser providenciada a instalação do aplicativo Cisco webex meetings em seu smartphone, tablet ou computador, uma vez que será a plataforma utilizada sendo o link de acesso: [https://cnj.webex.com/meet/videoaudiencia\\_cejuscaju\\_sala2](https://cnj.webex.com/meet/videoaudiencia_cejuscaju_sala2) para a videoconferência. Deverá ainda, juntar manifestação, caso haja interesse na realização da audiência por videoconferência, com antecedência mínima de 48 horas da data da audiência, informando o número do processo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

03/12/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que confeccionei citação eletrônica e ato ordinatório.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

11/12/2020

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 11/12/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 03/12/2020, às 10:06:52.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

07/01/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20210104095800228 às 09:58 em 04/01/2021.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VADT DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202040601109

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELMO SOUZA NEVES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/08/2020**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **04/08/2020**.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

## **DAS INTIMAÇÕES**

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrita sob o nº 2595/SE, e-mail: [kchrystian@hotmail.com](mailto:kchrystian@hotmail.com), telefone: 79 9 9988 5315, sob pena de nulidade das mesmas.

## **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

## **DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

### **AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

---

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

“APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ACOLHIDA.

AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

- A ausência do prévio requerimento administrativo, requerendo a cobertura securitária do DPVAT, configura

ausência de interesse de agir, a ausência de prévio requerimento administrativo.

- Extinção do feito sem resolução do mérito, art. 485, IV, do CPC.

- Em razão do reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, cumpre esclarecer que a exigibilidade do

montante relativo aos honorários advocatícios fica suspensa (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

- Recurso de apelação provido.

(Apelação 507283-70007826-52.2012.8.17.0990, Rel. Itabira de Brito Filho, 3ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018, DJE 21/08/2018)”

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça<sup>3</sup>.

Cumprе salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir<sup>4</sup>.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**<sup>5</sup>. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado,

---

<sup>3</sup>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. “**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**”

<sup>4</sup>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. “**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.**”

<sup>5</sup><https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>

pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

## **DO MÉRITO**

### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

#### **ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS**

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional**<sup>6</sup>.

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

***"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"***

É notório que os documentos acostados aos autos pelo Recorrido não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado. Perceba Exa., que não há nos autos nenhum documento médico prescricional que justifique tais despesas.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos<sup>7</sup>, face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

---

<sup>6</sup>"ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extreme de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente...**" (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS )

<sup>7</sup>"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor



Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCPC.

### **DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS**

Cumpra esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, expressamente estabelece que o pagamento da indenização securitária se condiciona que as despesas de assistência médica e suplementares a serem reembolsadas pelas Seguradoras estejam “devidamente comprovadas” pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que “A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito” conclui-se que a expressão “até” delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

### **DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL**

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um “limite de cobertura” inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

**A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.**

---

*ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos com a realização de terapia psicológica. **Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título.** SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)*

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que guardem relação com as hipóteses supracitadas, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do CPC.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>8</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda<sup>9</sup>.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

---

<sup>8</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

<sup>9</sup>“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)



## **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

### **SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>10</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>11</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>11</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

<sup>12</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>13</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;

---

<sup>13</sup> art.



- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito sob o nº **OAB/SE 780-A** e **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito sob o nº **2592 - OAB/SE**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ARACAJU, 23 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ELMO SOUZA NEVES**, em curso perante a - VADT da comarca de **ARACAJU**, nos autos do Processo nº 00427288520208250001.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

29/01/2021

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Considera(m)-se intimada(s) da Audiência de Conciliação a(s) parte(s) requerente(s) e (ou) requeridos(s), por meio de seu(s) patrono(s), via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC. RETIFICAÇÃO DE LINK: Não obstante a audiência ter sido marcada na modalidade presencial, esta poderá ocorrer de forma mista em caso de impossibilidade de comparecimento por medida de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus(COVID 19). Nesse caso, deverá ser providenciada a instalação do aplicativo ZOOM Cloud Meetings em seu smartphone, tablet ou computador, uma vez que será a plataforma utilizada sendo o link de acesso:

<https://us02web.zoom.us/my/sala2cejusc.aju> para a videoconferência. Deverá ainda, juntar manifestação, caso haja interesse na realização da audiência por videoconferência, com antecedência mínima de 48 horas da data da audiência, informando o número do processo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

29/01/2021

**MOVIMENTO:**

Intimação Eletrônica

**DESCRIÇÃO:**

Intimação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.<br>Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 24/02/2021, às 09h:30min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação Presencial-2/2021.RETIFICAÇÃO DE LINK: Não obstante a audiência ter sido marcada na modalidade presencial, esta poderá ocorrer de forma mista em caso de impossibilidade de comparecimento por medida de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus(COVID 19). Nesse caso, deverá ser providenciada a instalação do aplicativo ZOOM Cloud Meetings em seu smartphone, tablet ou computador, uma vez que será a plataforma utilizada sendo o link de acesso: <https://us02web.zoom.us/my/sala2cejusc.aju> para a videoconferência.Deverá ainda, juntar manifestação, caso haja interesse na realização da audiência por videoconferência, com antecedência mínima de 48 horas da data da audiência, informando o número do processo.<br> Intimação enviada ao Empresa Privada.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

01/02/2021

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Intimação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 01/02/2021, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 29/01/2021, às 09:32:01.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

22/02/2021

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC do dia 24/02/2021 às 09:30h cancelada. Motivo: As partes expressam desinteresse na sessão de conciliação assim sendo, procedemos ao cancelamento da audiência designada, encaminhando os autos de retorno à Vara de Origem

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

22/02/2021

**MOVIMENTO:**

Remessa

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

22/02/2021

**MOVIMENTO:**

Recebimento

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

22/02/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MAURICIO SOBRAL NASCIMENTO - 2796}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_  
VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA  
COMARCA DE ARACAJU - ESTADO DE SERGIPE**

**Processo nº. 202040601109**

**ELMO SOUZA NEVES**, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, movido contra **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, em curso nesse douto Juízo, por conduto dos seus advogados infra-assinados, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **REQUERER** seja designada audiência de conciliação em execução através do sistema de videoconferência, tendo em vista a impossibilidade das partes em comparecerem na modalidade presencial por conta da pandemia do COVID-19.

**Esclarece que, a Exequirente obteve ciência de que a Executada vem realizando acordos.** Sendo assim, vem informar os contatos para a realização nessa modalidade. Sendo esses:

**ELMO SOUZA NEVES - (79) 99106-7702**

**E-MAIL DO PATRONO: secretarias@msmk.com.br**

**TELEFONE DO PATRONO: (79) 3022-7700 / (79) 99967-2809**

Nestes Termos;

Pede e Espera Deferimento.

Aracaju/SE, 22 de fevereiro de 2021.

**Mauricio Sobral Nascimento**  
**OAB/SE 2796**

**Marcella Kattucha O. Correa**  
**OAB/SE 10005**

**Marcelo José Ribeiro Nascimento**  
**OAB/SE 9937**



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

22/02/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MAURICIO SOBRAL NASCIMENTO - 2796}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_  
VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA  
COMARCA DE ARACAJU - ESTADO DE SERGIPE**

**Processo nº. 202040601109**

**ELMO SOUZA NEVES**, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, movido contra **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, em curso nesse douto Juízo, por conduto dos seus advogados infra-assinados, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **REQUERER A DESCONSIDERAÇÃO DA PETIÇÃO PROTOCOLIZADA ANTERIOREMENTE**, tendo em vista que **NÃO** possui interesse na realização de audiência de conciliação.

Nestes Termos;

Pede e Espera Deferimento.

Aracaju/SE, 22 de fevereiro de 2021.

**Mauricio Sobral Nascimento**  
**OAB/SE 2796**

**Marcella Kattucha O. Correa**  
**OAB/SE 10005**

**Marcelo José Ribeiro Nascimento**  
**OAB/SE 9937**





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

24/02/2021

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

25/02/2021

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

Cls. Manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Aracaju/SE, 24 de fevereiro de 2021.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040601109 - Número Único: 0042728-85.2020.8.25.0001

Autor: ELMO SOUZA NEVES

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

*Cls.*

*Manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).*

*Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).*

*Aracaju/SE, 24 de fevereiro de 2021.*



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 25/02/2021, às 12:32:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000370799-87**.





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

02/03/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MAURICIO SOBRAL NASCIMENTO - 2796}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA \_\_ VARA DE  
ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE  
ARACAJU/SE**

**Processo nº. 202040601109**

**ELMO SOUZA NEVES**, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, movida contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, em curso nesse douto Juízo, por conduto dos seus advogados infra-assinados, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, oferecer resposta em forma de **RÉPLICA** que se funda nas razões de fato e de direito a seguir expendidas:

**1. DA DEFESA DA DEMANDADA**

Da análise perfunctória da resposta ofertada pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, abstrai-se o seguinte: a) **Preliminarmente**, alega a carência de ação fundada na suposta falta de interesse de agir, aduzindo que não houve pretensão resistida, de modo que não houve requerimento administrativo; b) No mérito, assevera, em apertada síntese, **primeiro** que inexistente qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez; **segundo** da impossibilidade da inversão do ônus da prova; **terceiro** diminuição da verba honorária; **por fim** sustenta a improcedência dos pedidos contidos na exordial, bem como pugna pela designação de perícia técnica.

**Antes de tecer comentários acerca dos pontos ventilados pela demandada, o Requerente, desde já, ratifica, *in totum*, todos os termos da vestibular que deflagrou a presente ação, até porque com a contestação e documentos juntados pelo Requerido nada se alterou.**

**SOBRE AS PRELIMINARES**



### **A) DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

Em sua contestação a ré alegou que não há qualquer conduta sua que demonstre resistência ao direito perseguido pelo Autor em sua inicial, contudo, algumas páginas à frente o contestante deixa claro qual teria sido a sorte do Autor se tivesse ingressado pela via administrativa:

A seguradora ré pugna pela descaracterização da pretensão autoral, suscitando que a parte requerente não faz jus ao recebimento da indenização que ora pleiteia, devendo sua pretensão ser julgada totalmente improcedente, pois não comporta fundamento.

Além disso, informa ainda que não há qualquer manifestação da parte Autora acerca de vícios no pagamento dantes concretizado, restando inabalado o reconhecimento da quitação da indenização decorrente do seguro DPVAT.

Nota-se que, não há nos autos qualquer documento que demonstre o pagamento de quaisquer valores referentes a indenização do seguro.

Contraditoriamente, num primeiro momento a ré aduz que o Autor não tem sua pretensão resistida, para, logo adiante, resistir expressamente à pretensão autoral.

Através de uma pesquisa simples no buscador Google, Excelência, valendo-nos dos termos “dificuldades recebimento DPVAT”, descobrimos que não é tão simples, como quer a ré fazer crer através de suas peças publicitárias, que as pessoas recebam o benefício a que têm direito.

Constantemente a televisão veicula matérias sobre as dificuldades enfrentadas para o recebimento do seguro.

Diante da inércia da Ré em não disponibilizar qualquer informação sobre os direitos do Autor, este não viu outra alternativa a não ser socorrer-se da Justiça para a sua indenização pelo seguro DPVAT, havendo então sucesso no seu caso.

Os fatos se deram conforme narrados na peça inicial, em especial conforme se constou na peça exordial. E outra quem prefere recorrer ao judiciário para ter o seu direito garantido se pode vir a receber pelas vias administrativas, sem ter custos com advogados e custas processuais, isso sem falar no tempo???





**Desta forma, não merece maiores delongas tal questão, tendo em vista que, felizmente, a jurisprudência pátria, aplicando o princípio da inafastabilidade da apreciação pelo Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não vacila em afastar a exigência de prévio requerimento administrativo.**

Neste sentido é o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e que reflete o posicionamento consolidado nos Tribunais pátrios:

*ACIDENTE DE TRÂNSITO Seguro obrigatório - DPVAT Ação de cobrança de indenização referente ao seguro obrigatório [...] **O direito de ação não é condicionado ao prévio requerimento na via administrativa, tampouco à eventual negativa de pagamento na citada via [...] Recurso da ré não provido e recurso da autora parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1943130620108260100 SP Relator: Renato Rangel Desinano, Data de Julgamento: 29/11/2012, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012).***

*RECURSO APELAÇÃO - SEGURO DE VIDA ACIDENTE DE VEÍCULOS - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE - INDENIZAÇÃO [...] **Não há necessidade, para se ingressar com ação judicial pleiteando o valor devido a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT, do exaurimento da via administrativa. [...] (TJ-SP - APL: 41155620108260441 SP Relator: Marcondes D'Angelo, Data de Julgamento: 15/08/2012, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/08/2012).***

O Autor possui uma deficiência física decorrente de acidente de trânsito que certamente diminuiu sua capacidade laborativa, e apenas busca aqui a prestação jurisdicional, da melhor forma prevista em lei e aceita pelos Tribunais pátrios.

Destarte, espera e confia, *data venia*, que seu **legítimo direito** não seja excluído da apreciação do Poder Judiciário, bastando uma simples perícia para se constatar sua incapacidade, bem como a relação desta com o acidente narrado na inicial.



Finalizando este tema, a alegação de falta de regulação do sinistro administrativamente também diz respeito ao interesse de agir, e deverá, *com a devida venia*, ser afastada pelos motivos acima expostos.

### **SOBRE O MÉRITO**

Ora, Excelência, patente está nos autos que juntamente com a peça póstica, foram juntados documentos suficientes que comprovam o fato constitutivo do Autor, dentre eles, tais como: **Boletim de Ocorrência, Comprovante de Exame, Ficha de Internação, Relatórios Médicos, Relatório da SAMU, Prontuário do Hospital**, conforme se vê no Registro Eletrônico de distribuição desta inicial.

Pois bem. Apenas com a realização de prova pericial poderá ser comprovada que o mesmo sofreu perda de função de membros, ocasionada por acidente de trânsito. Até mesmo a ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial

**Neste ínterim, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito do Autor.**

### **Ônus da prova**

Alega a ré que o autor não se desincumbiu de demonstrar seu lícito direito através de provas oficiais, porém é certo que o autor juntou aos autos **vasta prova documental**.

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que o Requerente sofreu o acidente e que possui danos físicos decorrentes deste.

Os documentos adunados à exordial mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo autor e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

Noutro giro, é certo ainda que a relação havida entre as partes se caracteriza como de consumo, nos termos do que dispõe os artigos 2º e 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, sendo igualmente certo que as atividades securitárias incluem-se na definição de relação de consumo.



*Art. 3º Fornecedor é § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.*

Destarte, a inversão do ônus da prova **em favor do autor** é plenamente possível *in casu*, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, que prescreve:

*VIII - A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.*

É certo que estão presentes os pressupostos autorizadores da inversão do ônus da prova, uma vez que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita (hipossuficiência) e a veracidade dos fatos narrados na inicial e ora reafirmados são auto evidentes (verossimilhança).

Também no mesmo sentido encontram-se diversos julgados, valendo citar alguns colhidos à ventura:

***AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVATCARACTERIZAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, COM APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CDC DECRETO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM FUNDAMENTO NA REGRA ESPECIAL DO ART. 6º, VIII, DO CDC PRESENTES A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E A HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR DETERMINAÇÃO À SEGURADORA-RÉ DE ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, EM EXCEÇÃO À REGRA DO ART. 33 DO CPCADEQUAÇÃO DECISÃO MANTIDA. - Recurso desprovido. (TJ-SP - AG: 2197777020128260000 SP 021977770.2012.8.26.0000, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 16/01/2013, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação:16/01/2013 – grifo nosso sempre).***





*Agravo de instrumento. Ação de cobrança de seguro DPVAT. Depósito de honorários periciais. 1. Em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações entre segurador e segurado, há inversão do ônus da prova, não se mostrando teratológica, nem irradiando ilegalidade, a decisão que incumbiu à ré arcar com as despesas da perícia médica. 2. Seria ilusório o benefício legal da inversão do ônus probatório, estabelecido no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, se se impusesse ao hipossuficiente-consumidor o ônus do pagamento das despesas com os salários provisórios do perito; a inversão do ônus da prova implica, igualmente, carrear para a parte contrária essa obrigação, sob pena de estar-se diante de letra morta do dispositivo em apreço. 3. Negaram provimento ao recurso. (TJ-SP - AI: 2207961420128260000 SP 0220796-14.2012.8.26.0000, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 12/11/2012, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/11/2012 - grifo nosso sempre).*

**Ante o exposto, resta plenamente demonstrado, através de farta documentação, o lícito direito do autor, sendo plenamente viável a inversão do ônus da prova para que a ré suporte as despesas do laudo pericial que será produzido nestes autos.**

#### **PROPORCIONALIDADE DA LESÃO E APLICAÇÃO DA TABELA DA SUSEP**

Douto Magistrado, imperioso se faz ressaltar que o direito pleiteado é de ordem material, cuja invalidez se deu no dia 10 de abril de 2017, razão pela qual devem ser aplicadas as regras constantes na lei nº. 6.194/74, sem alterações quanto a graduação das indenizações introduzidas pela MP 451/2008, pois a referida norma é inconstitucional.

Ao alterar a lei Lei nº 6.194/74 houve uma violação ao princípio do não retrocesso social vez que a ideia por contida no referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da



população. Na nova lei, houve uma perda considerável ao beneficiário do seguro DPVAT vez que a taxaço da indenizaço por morte em R\$ 13.500,00 defasou o valor do seguro que era correspondente a 40 vezes o valor do salário mínimo vigente a época do sinistro.

Ressalte-se ainda que a antiga lei 6.194/74 não distinguia a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquiria se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. Por isso não há que se cogitar em eventual gradação percentual no valor da indenizaço conforme o nível de invalidez ou morte. Desse modo é descabida a limitação pretendida pela Ré, fazendo jus o Autor ao quantum estipulado na lei 6.194/74.

Portanto, resta evidenciado que o Autor faz jus ao recebimento da quantia pleiteada nesta exordial.

#### **TERMO A QUO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA**

Também com relação aos juros de mora, Excelência, atento a Súmula 426 do E. STJ, o Autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, em relação à correção monetária o entendimento do autor diverge antagonicamente ao da ré, ponto vista que coincide com a consolidada jurisprudência deste país, como se pode demonstrar através de alguns julgados do E. Tribunal da Cidadania:

*AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro **DPVAT** o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso. 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012 – grifos nossos sempre).*



*SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11);*

*SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...] 6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).*

Nesse contexto, o marco inicial para a correção monetária deverá, data venia, observar **a data do acidente 04 de agosto de 2020**, o que desde já se requer na espécie.

### VERBA HONORÁRIA

Antes de finalizar esta impugnação, a demandante pede vênias para tecer algumas notas sobre o pedido de diminuição da verba honorária, pois alega a ré que o





caso é de todo singelo, e que por tal motivo a verba honorária deve ser fixada no mínimo legal.

No entanto, para a defesa de seus direitos apresentou extensa (embora de refinada técnica) contestação. O feito ainda apresenta necessidade de dilação probatória, não estando excluída a atuação em nível recursal.

Os Tribunais Pátrios já se debruçaram algumas vezes sobre o tema dos honorários advocatícios em ações desta natureza, valendo citar alguns julgados paradigmas:

*Seguro obrigatório. DPVAT. [...] **Honorários de advogado. Manutenção do valor arbitrado. Fixação de acordo com os critérios previstos no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Limitação dos honorários advocatícios, prevista no art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50. Inaplicabilidade.** Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1104852820098260010 SP 0110485-28.2009.8.26.0010, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado) Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. [...] **Verba honorária que se reduzida importaria em aviltamento.** Litigância de má-fé. Não se configura litigância de má-fé no exercício regular do direito de recorrer. Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 401005920088260602 SP 0040100-59.2008.8.26.0602, Relator: Ruy Coppola, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012 – grifos e destaques nossos)*

O requerente ainda pede vênia para transcrever trecho assaz pertinente do inteiro teor do acórdão retro mencionado:

*“Quando aos honorários advocatícios, verifico que estes não merecem ser reformados, seja para fixa-los em desfavor do apelado, seja para reduzi-los para 10% sobre o valor da condenação. De fato, a sucumbência do autor foi mínima, devendo ser as rés condenadas ao pagamento das despesas*



*processuais, custas, e honorários advocatícios, não sendo o caso de serem carreados em face deste. No mais, o caso em tela também não comporta a redução pretendida para o patamar mínimo de 10% montante da condenação, eis que os honorários advocatícios foram estipulados de acordo com o trabalho desenvolvido com acuidade pelo patrono do apelado. Eventual redução importaria em aviltamento da verba.” (grifo nosso)*

Destarte, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em valor 20% da condenação, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

*Ex positis*, com esteio nas razões fáticas e jurídicas acima delineadas, ratificando, *in totum*, todos os termos da exordial e documentos que a acompanham, bem como repugnando todos os termos e documentos apresentados pela requerida, requer que Vossa Excelência rejeite as preliminares levantadas pela ré, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando a realização de perícia médica que apure a invalidez que acomete o autor, para assim condenar a ré nos exatos termos da exordial.

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 02 de março de 2021.

**Mauricio Sobral Nascimento**  
**OAB/SE 2796**

**Marcella Kattucha O. Correa**  
**OAB/SE 10005**

**Marcelo José Ribeiro Nascimento**  
**OAB/SE 9937**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

04/03/2021

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que, a contestação encontra-se tempestiva.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040601109

**DATA:**

04/03/2021

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC)

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim